

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

JÚLIA LIMA SANTANA

RESSIGNIFICAÇÃO POLÍTICA PÓS JUNHO DE 2013
Novos atores e mudança na gramática política – O caso do MBL

Rio de Janeiro

2018

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

JÚLIA LIMA SANTANA

RESSIGNIFICAÇÃO POLÍTICA PÓS JUNHO DE 2013

Novos atores e mudança na gramática política – O caso do MBL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Dr. Prof. Rogério Ferreira de Souza.

JÚLIA LIMA SANTANA

RESSIGNIFICAÇÃO POLÍTICA PÓS JUNHO DE 2013

Novos atores e mudança na gramática política – O caso do MBL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, pela comissão examinadora composta pelos seguintes professores:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza (IUPERJ)

Orientador

Prof. Dr. Alexandre de Paiva Rio Camargo (IUPERJ)

Examinador interno

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), instituição da qual recebi uma bolsa de pesquisa e quem sem ela, não seria possível alcançar o resultado de hoje. Ao programa de pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), aos colegas de classe e amigos que fiz nessa caminhada, em especial aqueles que os laços se fizeram mais próximos.

Aos professores que compõe e compuseram o corpo docente, que demonstraram flexibilidade e empatia, perante às adversidades que tive no decorrer do mestrado. Em especial ao meu orientador e coordenador do curso, Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza, que me guiou na estruturação desta pesquisa, sempre se mostrou solícito e disposto, ajudando a organizar minhas ideias que eram à princípio, desordenadas. Mas acredito que assim são as de tantos outros jovens pesquisadores. Agradeço aos professores membros da banca examinadora, Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo e Prof. Dr. Alexandre de Paiva Rio Camargo. Suas sugestões me proporcionaram ampliar o pensamento analítico, e foram de extrema importância na elaboração de alguns pontos estruturais nessa pesquisa.

Agradeço ao carinho e compreensão da minha família e amigos durante todo o processo da confecção dessa dissertação. Registro aqui meu agradecimento especial à minha irmã Débora e a minha mãe Dalva, que sem ela nada disso teria sido possível.

RESUMO

Durante o período que se compreende entre junho de 2013 e março de 2016, foram observados dois momentos significativos para a história das manifestações sociais no Brasil. Cada um desses momentos apresenta características que são exploradas mediante à análise do contexto político e social. Com o intuito de exemplificar tal relação, foi feita uma análise do cenário das mobilizações sociais urbanas, assim como seus desdobramentos. Para fins desta dissertação nos atentaremos às jornadas de junho e a insatisfação político representativa, englobando o aparecimento de novos atores e também a mudança na gramática política. Essa, implica no discurso e na representatividade, que pode ser construída através de discursos de negação às práticas políticas anteriores. Como modo de exemplificar a construção de discurso, a presente dissertação pretende analisar esse momento através da observação da gramática política do Movimento Brasil Livre. O recorte do objeto abre espaço para a exemplificação de um processo mais amplo, nos atentando às relações dicotômicas e antagônicas.

Palavras-Chave: manifestações, representatividade, gramática política, discurso, jornadas de junho.

ABSTRACT

During the period between June 2013 and March 2016, two significant moments were observed, on the recent sociological history in Brazil. Each of these moments presents characteristics that were explored through the analysis of the political and social context. The way in which they were structured provided the appearance of new actors and also the change in political discourse. This implies on discourse and representativeness, which can be constructed through discourses of denial of political practices prior to the period of rupture of the social pact. As a way of exemplifying the construction of discourse, this dissertation intends to analyze this moment through the observation of the political discourse of the Movimento Brasil Livre. The focus of the object opens space for the exemplification of a broader process, taking into account dichotomous and antagonistic relations.

Key words: representativeness, political demonstrations, political discourse.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO.....	1
2) Representatividade e manifestações: Mudança da gramática política pós 2013.....	7
2.1 Mudança de abordagem na gramática política: O liberalismo, o apartidarismo, o oposicionismo, anticorrupção - A gramática do Movimento Brasil Livre.....	8
2.2 O Campo de atuação: A teoria de discurso antagônica em 2015.....	11
2.2.1 A gramática política: Teoria do discurso e Antagonismo.....	12
2.3 Compreendendo as manifestações de 2015 e relação com junho de 2013.....	14
2.4 Manifestações de 2013 e 2015.....	19
2.4.1 A importância da ocupação do espaço urbano.....	20
3) As Jornadas de Junho e o esgotamento do discurso político.....	25
3.1 Diagnósticos pré-junho.....	26
3.2 As Jornadas de Junho e as suas reverberações.....	30
3.3 Panorama Global: movimentos supranacionais em rede a partir de 2011.....	35
3.3.1 Primavera Árabe.....	36
3.3.2 <i>Occupy Street</i>	41
3.3.3 <i>Los Indignados</i>	46
3.4 Compreendendo os movimentos sociais de 2011 e as manifestações de 2013.....	50

4) Representatividade: Democracia e gramática política.....	56
4.1 Movimentos e manifestações brasileiras: O discursos e atores em campo na segunda metade do séc. XX.....	56
4.2 Movimentos Sociais: ações e manifestações.....	60
4.2.1 Sobre movimentos sociais e discurso.....	60
4.3 Democracia, representação democrática e identificação.....	73
4.3.1 A questão democrática, o ciberespaço e as manifestações.....	75
5) CONCLUSÃO.....	80
6) BIBLIOGRAFIA.....	85
7) ANEXOS.....	89

1) Introdução

No cenário brasileiro atual, podemos encontrar várias discussões e pesquisas no que diz respeito aos desdobramentos das crises política e econômica e a maneira com a qual as consequências das mesmas impactaram a sociedade. A presente dissertação procura fazer uma análise de um desses desdobramentos, através de um recorte a partir de junho de 2013 até 2016, conectando a discussão com temáticas que continuam relevantes nos dias de hoje, sob tudo em ano eleitoral.

Junho de 2013 foi um período marcante na recente história brasileira. Sendo caracterizado pelas diversas manifestações sociais que aconteceram em escala nacional a partir de maio de 2013. Não apenas em função da amplitude dos eventos, mas pela forma de organização dos espaços, proporcionando novas simbologias sobre a ocupação do espaço público. Acreditamos que os eventos que surgiram a partir de junho de 2013, inferiram um cenário sócio político de insatisfação com as instituições políticas e seus atores já conhecidos. E, além disso, possibilitou, no âmbito do discurso político, o surgimento de outras narrativas. Sendo assim, através dos diversos desdobramentos, utilizaremos o cenário das manifestações sociais das Jornadas de Junho de 2013 como princípio iniciador do seguinte processo: desencantamento com o cenário político, por meio da ruptura com o pacto social, culminando com o surgimento de outros discursos de representação política.

O período de junho de 2013 teve intensa participação de diversos atores sociais, que tiveram suas teorias previamente analisadas em obras acadêmicas¹ sobre teoria dos movimentos sociais, que serão mencionadas e utilizadas no desenvolver desse trabalho. Para fins dessa pesquisa, utilizaremos o discurso do movimento político MBL (Movimento Brasil Livre), que surgiu em 2014 e teve destaque nas manifestações de 2015². O discurso³ é analisado nesta dissertação por comportar fatores que envolvem a mudança na gramática política no pós-2013, são eles: desvinculação e afastamento da política partidária tradicional⁴ (por meio do apartidarismo), temática da anti corrupção, retórica de um discurso oposicionista ao até então governo vigente, posicionamentos em

¹ Obras de autores como Gohn, 1997 e 2017, assim como Nogueira, 2012.

² Conforme nos aprofundaremos no decorrer da dissertação.

³ Referente ao período de 2014 e 2015

⁴ Em um primeiro momento do movimento. Nos atentamos para o recorte temporal.

relação à tópicos em voga na sociedade, utilização de redes sociais como ferramenta mobilizadora.

Para a construção da problemática, atingimos um ponto crucial para a compreensão do objeto, bem como de sua importância. Como foi dito anteriormente, o período analisado é envolto em uma atmosfera de insatisfação política, econômica e social que não é exclusivamente brasileira. É possível observar uma série de tendências pós jornadas de junho de 2013. Entre elas, a negação da forma com a qual a política era feita, motivada não só pela insatisfação, mas pelo desencantamento do que é relacionado à esfera política, fomentado também através da divulgação de diversos casos de corrupção⁵, em conjunto com os impactos da crise econômica. Tem-se como objetivo compreender como esse processo se estabeleceu. Como podemos analisar a disposição dos mecanismos que desencadearam o processo formação de mudança de discurso político? Destacamos que a relação entre crise econômica e política tem que ser considerada como fator de geração de insatisfação popular.

Num ambiente em que parecia não haver no horizonte indícios de crise ou de desgoverno, em que a economia dava sinais de que ia bem e aumentava o poder de consumo das massas, graças ao crédito facilitado e à oferta maciça de produtos sedutores, a atividade política acentuou seu componente subsidiário. Ela aparecia aos olhos da sociedade como um “mal necessário”, algo que poderia ser dispensado ou reduzido à mera gestão de coisas, a manutenção em funcionamento dos sistemas com os quais se organiza a vida. Tudo isso começou a ir pelos ares a partir do final de 2012, quando as primeiras mordidas do mal-estar se fizeram sentir. A explosão se completou em junho de 2013. (NOGUEIRA, 2013, p.154)

Segundo o autor, toda a conjuntura econômica e social resultou nesta recusa da maneira com que o processo político se estabeleceu, que antes era amenizada pelas políticas sociais e de injeção de capital, veio se estruturando nos governos anteriores e se tornou praticamente palpável.

Antes, problemas e dificuldades estavam presentes, se repunha sem cessar, atravancando o cotidiano, a sociedade manifestava sua insatisfação e suas contradições de diferentes maneiras, mas sua voz não assumia forma política. A desorganização do mundo do trabalho, ao desarticular grupos e classes, arrastou consigo partidos e sindicatos. A política ficou sem forças, a representação passou a levar, como se

⁵ É relevante destacar nesta pesquisa que, a insatisfação é reverberada para o universo político como um todo. Não necessariamente sendo destacada para um representante político ou governante específico.

lhe faltassem raízes e apoios. (NOGUEIRA, 2013, p.155)

Marco Aurélio Nogueira utiliza o termo “a política em estado de sofrimento” que relata exatamente esta passagem, de que a visão do que era política estava atrelada a um instrumento de administração pública manifestado pelo representante político e depois passou a ser recusada.

A polissêmica e vibrante voz das ruas, que então atingiu alto e bom som, teve que ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um formato de política. Associou-se à percepção de que a sociedade está excluída da arena pública, quer nela ser reconhecida e dela participar. A revolta foi uma forma de luta por identidade e reconhecimento, além de por mais participação. Teve que ver, sobretudo, com uma correlação de forças que se sedimentou no país ao longo das últimas décadas, pôs em curso um modelo de crescimento e de ascensão social, prometeu mundos e fundos, obteve algumas conquistas mas criou muitas ilusões e muita insegurança (...). (NOGUEIRA, 2013, P.155)

Para Nogueira, as mobilizações que ocorreram no ano de 2013 proporcionaram um deslocamento nas demandas políticas oriundas da população. Havia uma espécie de esgotamento das relações entre representantes políticos e o eleitorado. Não só uma negação a essa representação, mas uma sensação de “exclusão”, nas palavras do autor. Há, por conta desse contexto uma aproximação de novas ideias no âmbito do discurso propriamente político, um deslocamento discursivo que proporcionava e trazia para o cenário político outros atores, como: o pastor, o gestor, o juiz, e mais adiante, os *blogueiros*, e *youtubers*⁶, Esses outros atores passaram a fomentar a primazia de novos discursos, extraídos, em grande parte de uma ética religiosa ou de uma visão sobre senso de cultura e das relações sociais, podendo vir a ser caracterizados como morais. Nesse sentido, os discursos políticos que instrumentalizavam as demandas sociais por políticas públicas: saúde, educação, emprego, dentre outras, passaram a dividir cenário com outros discursos como: concepções sobre os valores da família brasileira, valores religiosos, direito ou não ao aborto, despolitização do ensino escolar entre outros.

Dito isso, organizamos a estrutura da dissertação a partir da apresentação dos

⁶ Faz referência aqueles que produzem conteúdo digital para a plataforma *YouTube.com*.

autores que serão utilizados nas análises subsequentes atrelados aos objetivos de cada capítulo. É de suma importância frisar que a estrutura da dissertação é feita de forma que o discurso do objeto é descrito, e a partir daí analisaremos os processos que o fizeram ter destaque e ser escolhido, para focarmos em uma esfera micro. Os eventos em 2014 e 2015 serão apresentados como contexto onde o discurso da insatisfação política apresentou novas nuances diferente das manifestações de 2013, que serão vistas como o momento que se sagrou a ruptura do pacto social. A importância das questões de mudança da gramática política, negação das formas conhecidas de discurso político, representatividade, ciberativismo, manifestações e movimentos sociais, serão temas recorrentes pontuados durante a dissertação. Tendo em vista que o último capítulo será dedicado para uma reflexão mais profunda sobre representatividade, identificação e movimentos sociais. Entendemos como objetivo geral compreender o desencantamento com o *modus operandi* político que culminou em 2013.

Assim sendo, no primeiro capítulo, o objetivo será desenvolver um trajeto do contexto em que o objeto apresenta seu discurso e como ele pode ser caracterizado baseado nas teorias sociológicas. Nesse momento iremos buscar traçar um paralelo em um momento pós 2013, dando destaque para às manifestações do período do *impeachment* da até então presidente Dilma Rousseff. A partir desse ponto, observaremos a teoria de Laclau e Mouffe a respeito do antagonismo. A análise o discurso político do MBL é colocada como exemplo do surgimento de novos atores e diferentes formas de discurso. Chamaremos a atenção para a questão do antagonismo, bem como o liberalismo e o antipetismo. Utilizaremos fontes disponibilizadas nas mídias sociais, assim como reportagens e literatura como a obra de Gohn lançada em 2017. É importante nos atentarmos para as manifestações de 2015 como cenário onde novos atores foram apresentados e discursos reverberados. Para tanto, também discutimos a relação entre os dois períodos, de 2013 e 2015, incluindo o pensamento de David Harvey na questão da ocupação do espaço público, onde discutiremos relações entre a construção da cidade, juntamente com o pensamento de Vainer.

O segundo capítulo versará sobre o pano de fundo e a importância das Jornadas de Junho. O objetivo será, a partir de um ponto de vista histórico, compreender as raízes e fatores que ajudam a explicar os mecanismos motivadores dos atores que foram às ruas em junho, considerando o contexto vigente do corpo social. Utilizaremos Paulo Gajanigo e Rogério Ferreira de Souza para compreendermos o contexto do processo que culminou

no desencantamento pelas esferas tanto econômica, quanto política e social.

Também abordaremos as repercussões do sentimento de insatisfação política em uma escala global. Tem-se por exemplo, uma variedade de manifestações que aconteceram quase que simultaneamente em diferentes locais do mundo também no período de 2013, os movimentos em rede. Fazendo possível comprovar que as mobilizações possam ser consideradas movimentos globalizados, destacando a importância de ferramentas como a internet e as redes sociais. Eles serviram de instrumentos para aumentar a participação no processo democrático que conectaram, convocaram e aproximaram esses indivíduos. Bem como serviram para sua estruturação individual interna, assim como aconteceu no Brasil com as manifestações de Junho, com a Primavera Árabe, com o *Occupy Wall Street*, e o *Los Indignados*.⁷ Utilizaremos Castells, como outro pilar estrutural teórico, adentrando principalmente na questão dos movimentos em rede, e Lévy para a seção sobre ciberativismo⁸ e democracia.

Em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, na organização das manifestações foi importante, na verdade o *Occupy Wall Street*, o Movimento dos Indignados e o Movimento Geração à Rasca são exemplos candentes da verdadeira globalização “dos de baixo” que hoje se opõe à globalização “dos de cima.” (ALVES, 2012, p.32)

Faz-se relevante apontar que todos essas manifestações e protestos abrem espaço para a formação de novos discursos, ou seja, a sensação de indignação encontra nas manifestações uma ferramenta de mudança da gramática política. Por tal motivo, o último capítulo desta dissertação visa compreender como a questão da representatividade política, bem como a relação entre manifestações e movimentos sociais no período anterior a junho. Nos atentaremos em observar como os movimentos se estruturaram na primeira metade do sec. XX, utilizando Do Bem. Dando sequência ao panorama, aplicaremos a análise teórica de Maria da Gloria Gohn sobre os movimentos sociais, e a forma como se caracterizam, como se estruturam, e quais organizações podem ser consideradas movimentos. A autora utilizará Mielucci e a questão da identificação que a própria Gohn aborda como fator conector entre atores. Observamos aqui que as obras de Maria da Gloria Gohn serão aplicadas como marco teórico condutor do processo e da

⁷ Estas manifestações não necessariamente começaram em 2013, algumas destas datam desde 2011. Este termo foi utilizado para demonstrar a conexão entre elas.

⁸ Já no terceiro capítulo.

dissertação, devido à sua densidade sociológica e escopo amplo sobre os processos, bem como sobre o período recortado e o objeto. Marco Aurélio Nogueira é importante para o entendimento da conjuntura, partindo do princípio do estado crítico da política, nos ajudando a formular a teoria em relação a junho de 2013.

Assim como os movimentos que se apresentam em ciclos e apresentam ênfases particulares a cada momento histórico, as categorias criadas para a sua análise e os conceitos produzidos também são datados historicamente. (GOHN, 1997, p.17).

Os movimentos se estabelecem não somente como ferramenta das mudanças do discurso político e de seus atores, mas também podem vir a serem formados por essas mesmas, fazendo uma relação de dependência relacional. Por tal motivo, essas estruturas são analisadas de acordo com o cenário em que foi criado. Ou seja, novos atores possuem características próprias que emergiram em determinada época, e sua interpretação carrega consigo fatores com suas próprias nuances.

A questão teórica que envolve democracia e representatividade será exposta com base na obra de Iris Marion Young. Também sendo utilizado Gohn a fim de elencar o capítulo com os movimentos sociais no Brasil. Sendo assim, o objetivo aqui será refazer essa trajetória analítica, procurando responder a seguinte questão: Como é formado o processo de desencantamento do universo político e como está sendo desenvolvida a tentativa de ressignificação do discurso por parte novos atores?

A análise qualitativa dos discursos, bem como o embasamento teórico, aliado ao acervo digital, formam as bases da metodologia. A crescente e diversa discussão sobre o tema foi uma das motivações dessa pesquisa. Bem como a observação da tomada de consciência de uma ruptura pós jornadas de junho, e o aparecimento de um sentimento de desencantamento com a maneira com a qual a política se apresentava e era feita. Citamos diversos autores que irão demonstrar a importância de suas obras para a construção da análise no decorrer da dissertação. Contudo, aqui nos atentamos a abordar a complexidade do processo como um todo. A historiografia de junho de 2013, aliada com 2015 e as questões de discurso e representação, somado ao antagonismo e a ruptura do pacto social trazem características que permitem um panorama mais amplo. Para tal, nos atentamos novamente para a estrutura que parte de um recorte que visa explicar através da seleção de um dos novos atores, depois partiremos para o fator desencadeador e depois para uma análise do processo como um todo.

2) Manifestações pós junho de 2013: Novos atores e diferentes discursos.

Consideramos que junho de 2013 carrega a representação do início de um processo que teve algumas de suas características refletidas nas manifestações de 2014 e 2015. Pretendemos apontar os desdobramentos que junho de 2013 teve em relação ao aparecimento de novos discursos. Não nos limitaremos aos atores que surgiram especificamente em junho, mas iremos focar a atuação por meio do viés representativo proporcionado por junho. Sendo assim, o ponto de partida será a análise da participação nas manifestações de 2015⁹. Concordamos com Nogueira que é possível compreender que depois de junho o diagnóstico sobre o cenário sócio político levava a crer que:

O Estado e a política estão afetados, e de certo modo, congelados pelo cruzamento de modernidade tardia e condição periférica. Ficamos muito modernos sem deixarmos de ser “atrasados” e a mistura desses dois universos impacta negativamente a dinâmica social. Nada funciona muito bem no Brasil, nada satisfaz, nada parece ter potência para alterar o rumo das coisas. As instituições políticas não conseguem mais responder aos fluxos sociais e não funcionam para que se os governem. Não configuram uma moldura confiável para a ação governamental [...].(NOGUEIRA, 2013, p.154).

Os discursos que se apresentam na corrente do pós-junho tendem a trazer ações para o contexto descrito por Nogueira (2013). A insatisfação pela maneira com a qual as instituições políticas tradicionais se comportam forma campo para que novos atores sociais estructurem ações no sentido de responderem ao estímulo da negação do mecanismo do governo. Estabelecemos aqui que o objetivo no presente capítulo é apresentar um exemplo de discurso¹⁰ que engloba: mudança de gramática política através do oposicionismo e da negação das outras formas de discurso político (que englobaria o liberalismo, a relação partidária e anticorrupção) e articulação via rede sociais, bem como o cenário em que se desenvolveram.

⁹ As manifestações de 2014 servem aqui como marco para situar o período. Mais à frente serão desenvolvidas juntamente com a temática do processo de *impeachment*.

¹⁰ De acordo com Laclau e Mouffe (2015), qualquer discurso se constitui na tentativa de dominar o campo da discursividade, formando pontos focais, denominados de pontos nodais.

2.1) Mudança de abordagem na gramática política: O liberalismo, o apartidarismo, o oposicionismo, anticorrupção - A gramática do Movimento Brasil Livre.

Em um cenário pós junho, podemos considerar 2014 como um ano de estruturação e articulação para as manifestações ocorridas em 2015. Existe o surgimento de novos expoentes que apresentam mudança de discurso em relação à gramática política anterior. Entre eles, destacaremos o Movimento Brasil Livre, que ganhou notoriedade no começo de suas atividades, se denominando como um movimento político, de organização não horizontal¹¹, de direita e a favor da liberdade econômica, oposicionista e com um viés discursivo que englobava a anticorrupção¹². A conjunção desses fatores foi de extrema importância para a ascensão do movimento, levando em consideração o contexto daquele período.

Por isso, denominamos o ano de 2014 como um novo momento na trajetória dos estudos das manifestações, uma vez que os novos grupos imprimiram novo caráter às mobilizações. Não apenas porque colocaram o impeachment na agenda dos protestos (timidamente no início), mas porque também novos sujeitos sociopolíticos entraram em cena e uma nova cultura política foi sendo tecida. A partir da indignação dos jovens de 2013 com a política, os políticos, a má qualidade dos serviços públicos etc., criou-se no imaginário da sociedade a figura do grande causador dos problemas nacionais: a corrupção. GOHN, 2017

Observamos o surgimento de discursos e agendas que comprovam a mudança da gramática política no sentido descrito acima por Gohn. Ou seja, temáticas como corrupção, impeachment e indignação política ganham notoriedade nos novos atores. No final de 2014, após a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, em meio aos protestos nacionalistas, observamos diversos atores que se destacam como expoente de oposição ao governo Dilma e ao PT. Dentre eles, o MBL, onde em uma de suas passeatas (convocadas pelas redes sociais), é possível observar o seguinte discurso: “Nós nunca vamos deixar que nosso país fique sob uma ditadura totalitária, o que é objetivo do PT”¹³, em menção aos mais de 10 anos de governo petista. Ou seja, é possível observar o discurso contrário à forma de governo até então exercida. Nesse início, o MBL não demonstrava uma relação direta com os partidos políticos de direita, mas sim, um

¹¹ A utilização desse termo implica em uma organização interna.

¹² Como pode ser notado na agenda do grupo em anexo.

¹³ Vídeo disponível na plataforma youtube.com.br

posicionamento de oposição ao PT. Inclusive, o movimento chegou a se considerar apartidário:



Analisamos o discurso como exemplo de uma das novas formas de retórica política que se apresentaram, acentuado o afastamento do que é considerado parte de práticas política-tradicionais. Sendo assim, utilizar a expressão “apartidário” em uma descrição, pode ser considerado como potencial fator mobilizador. Tendo em vista que a política partidária remete ao imaginário do modus operandi político, vindo de um passado recente onde o desencantamento com o sistema político foi reverberado nas ruas, se considerar apartidário reflete no aumento do número de seguidores. O afastamento de maneiras já conhecidas de se fazer política inerente ao discurso, como a política partidária, dialoga sobre a importância de atentarmos às peculiaridades das mudanças de discurso.

Enquanto, em 2013, lideranças como as do MPL construíram narrativas sobre a negação da política sustentada por ideias socialistas/anarquistas, anteriormente caracterizados, em 2015, as principais lideranças nas megamanifestações apelarão para a negação do campo da política partidária de certos políticos, sob o argumento de combate a corrupção, falta de ética etc.[...] A questão político partidária entra em cena como divisora de águas entre aqueles que apoiavam o governo da presidente Dilma Roussef e aqueles que são contra seu governo, pelas políticas adotadas ou anunciadas ou por ele ou por convicções próprias. GOHN, 2017 loc713

Observamos que mais à frente no repertório do MBL, os *posts* que remetiam à não vinculação de partidos políticos (como o disponibilizado anteriormente) foram apagados das redes sociais do movimento, e que integrantes se candidataram à cargos políticos. Couto analisa essa passagem como algo natural e necessário para a continuação do movimento, mesmo tendo o risco de ser considerado incoerente. A relação com os partidos políticos e com os representantes é um fator que gera controvérsia sobre a atuação do MBL. Podendo afastar seguidores, justamente por romper um dos fatores de identificação com o discurso, fazendo remeter a práticas políticas tradicionais. Couto também pontua que a aliança com a política partidária é um campo de atuação.

Se você considerar que eles perderiam o ímpeto como movimento e definhariam sem uma causa, ir para a política partidária é um ganho. Há o risco de a base desse movimento ver uma incoerência, mas eu não vejo outro espaço para atuarem. (COUTO, Claudio. Entrevista BBC Brasil.)

Analisamos que no contexto pós-2013, surgem propostas para mudanças de uma realidade social em crise a partir de uma agenda liberal¹⁴, pregando o liberalismo econômico, como é observado em uma pluralidades de discursos. Tomamos como exemplo a frase: “Menos Marx e mais Misses” (GOHN, 2017 p.47), onde o discurso faz referência ao liberalismo de Misses¹⁵. Estabelecendo a dicotomia entre um expoente socialista e um liberalista, fazendo uma relação de oposição. Em entrevista ao jornal *El País*, logo no início de suas atividades, o MBL apresenta suas intensões além do antipetismo. É possível dizer que a organização pautada em conteúdo para internet foi o principal canal de comunicação com seus seguidores¹⁶. Além disso, conseguimos perceber uma tendência à reformulação da linguagem em tópicos culturais e artísticos. Mudando o escopo de análise dessas categorias para uma perspectiva de direita.

O grupo está voltado para as manifestações anti-PT, mas seu objetivo é gerar conteúdo cultural em blogs, vídeos, campanhas e canais de televisão, por intermédio de uma *start-up* ainda engatinhando. Seu projeto busca “mudar a linguagem” associada à direita. “A esquerda se apropriou da cultura, da arte, da música, daquilo que é considerado *cool* ou moderno. *Hipster*. Nossos amigos artistas não podem revelar sua

¹⁴ Tabela em anexo na página 96.

¹⁵ Um dos principais expoentes da corrente filosófica e econômica liberal.

¹⁶ Destacamos aqui a importância da articulação via redes sociais.

ideologia porque sofrem uma repressão cultural se não forem de esquerda” El País, 2015.

O MBL também se posicionava e se envolvia de forma política sobre os temas em discussão na sociedade civil, como por exemplo, a pauta da corrupção, (que vem a ser um fator de desencantamento político) e governo petista. Ou seja, existem pautas que dialogam com a esfera econômica, mas que vão além do liberalismo econômico. Essas, vem sendo mais fortemente trabalhadas em temáticas que giram entorno das questões da vida, comportamentais e valores morais da sociedade, como por exemplo, o aborto, a escola sem partido, o *queer museum* entre outras. A pluralidade de temas, impulsionados pela já mencionada negação da política tradicional, diversifica a possibilidade de representatividade no discurso. Ou seja, tem-se anti-petismo, religião, valores morais, anti-corrupção, liberalismo, como outras formas de discurso e identificação, iniciadas pelo discurso antagônico das formas de se fazer política.

2.2) O Campo de atuação: A teoria de discurso antagônica em 2015

Seguindo a tendência dos novos atores, a mudança de discurso se funde com o processo de impeachment, da então presidente Dilma Rousseff. Nos atentamos aqui para o contexto histórico. Foi justamente durante esse período que os discursos antagônicos se destacaram em sentido contrário aos discursos do governo petista, corroborando para a articulação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Esses, conseguiram maior notoriedade, mediante a um contexto de nacionalismo.



Figura 1¹⁷: Encontro com Cunha, formalizando o pedido de impeachment.

Considerando que o conceito de corrupção foi, no período que se dá a partir de 2013, utilizado como característica inerente dos governantes, como ferramenta da política. No período entre 2015 e 2016, esse conceito também foi canalizado e associado como prática inerente do governo petista. Assim sendo, a negação dessa prática por parte da sociedade corrobora para o surgimento dos discursos antagônicos contra corrupção e contra o PT. O resultado favorável da conclusão do processo *impeachment* em agosto de 2016 fortaleceu a corrente anticorrupção. Alicerçando e justificando toda a campanha *pro-impeachment*, colocando a mudança discursiva como um expoente da dicotomia entre direita em antagonismo à esquerda. No entanto, é preciso entender o caminho das manifestações anteriores ao processo de *impeachment*¹⁸, e como elas tiveram papel de destaque no próprio processo em si. As características das manifestações serão expostas no próximo tópico, para que possamos compreender a aplicação da mudança gramatical.

2.2.1) A gramática política: Teoria do discurso e Antagonismo

A linguagem- tal como existe no homem civilizado – é uma organização dentro de uma organização.. Ela se faz segunda natureza e contribui para a miragem, multiplicando as funções da consciência. Graças a ela, a consciência torna-se instrumento; ela se torna também

¹⁷ Fonte: www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/09/a-cassacao-de-cunha-e-o-apartidarismo-de-fachada-do-mbl-2898.html

¹⁸ O processo em si será analisado no próximo tópico. O objetivo aqui é relatar o papel que o MBL teve na articulação e no período anterior à sua conclusão.

terreno comum para diversos indivíduos. VALÈRY, Paul. Apud NOVAES, Aduino. Sobre uma mobilidade agitada.

A teoria do discurso foi idealizada por Laclau e Mouffe aborda a importância em analisar a sociedade por meio da lógica do discurso. Para Mendonça (2010, p.206) “A teoria do discurso deve ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos”. Encontramos na teoria do discurso ferramentas e categorias que nos ajudam a compreender sua dimensão.

Para os autores, discurso possui um sentido específico. Assim, entende-se que o discurso não é tão somente formado por características linguísticas, ou seja, essa noção não se restringe aos atos de fala ou ao que está estritamente escrito. O discursivo deve antes ser percebido como a união entre o que se fala e o que se escreve, mas também a forma como se age. Nesse sentido, se o discurso possui a sua evidente dimensão linguística, ele também carrega em si outra, ou seja, a dimensão extralinguística. O discurso, assim, deve ser entendido a partir da admissão de que toda prática social é uma prática significativa, pois que o social em si é um social significativo. Portanto, discurso possui uma dimensão ontológica. (MENDONÇA, 2010)

Entendemos que a dimensão extra linguística é formada por simbolismos inerentes, as ações, as políticas públicas, o comportamento tudo está atrelado ao discurso. Laclau e Mouffe rompem a ontologia regional de discurso e o utiliza a linguagem de uma maneira ampla e instrumentalizada. A lógica da teoria do discurso é feita por meio da relação antagônica “Isso quer dizer que, se o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas, essas lógicas devem ser analisadas a partir da ideia de discursos em luta, de discursos antagônicos.” (MENDONÇA, 2010 p.207). O antagonismo estabelece uma relação dicotômica, ele é capaz de formar identidades políticas que são estabelecidas por meio da oposição em determinada situação, ou seja, não são pré-existentes. Elas “têm suas próprias constituições negadas, tendo em vista que a presença do outro é identificada como a condição da impossibilidade da plena constituição” (MENDONÇA, 2010 p. 208).

Mouffe utiliza a categoria antagônica do discurso para analisar categorias filosóficas como direita e esquerda e seus embricamentos na construção e desconstrução hegemônica. Utilizando a lógica do discurso de Laclau e Mouffe, conseguimos relaciona-la com a negação das práticas políticas para analisar o surgimento dos novos discursos. Sendo assim, nos atentamos para a mudança de discurso e como se formaram as relações antagônicas. Trabalharemos com a ideia da representatividade: a gestão, a corrupção, a desconstrução da configuração social previamente estabelecida, levaram ao

desencantamento com a representatividade política. Pensando nas manifestações como palco dos acontecimentos, estabelecemos que os atores são: a população que foi as ruas e a esfera política (trataremos aqui com o escopo englobante: representantes, políticos, políticas públicas). São duas categorias interligadas pela representação.

No caso da relação de antagonismo, o que se propõe é algo completamente diferente. Aqui não se fala mais em “relações objetivas”, em “objetos já existentes”, em “identidades completas”, mas do oposto. Antagonismo indica que “a presença do ‘Outro’ me impede de eu ser totalmente eu mesmo” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 125 apud Mendonça, 2010 p. 209)

2.3) Compreendendo as manifestações de 2015 e relação com junho de 2013.

As manifestações de 2015 não marcaram um hiato desde 2013. Elas são a culminação de um processo da quebra do pacto social¹⁹. Após junho de 2013, também ocorreram manifestações ao longo de 2014 que levantaram questões sobre os gastos com a infraestrutura de grandes eventos, como a Copa do Mundo da Fifa e os Jogos Olímpicos já levantadas em junho, mas foram intensificadas com a proximidade das datas de realização. Segundo Tarrow (2009) a insatisfação pela falta de habilidade dos governantes de atender às demandas de 2013, foi retratada nos protestos de 2014 e 2015. Consideramos que esses fatores deslegitimadores²⁰ foram formando a conjuntura das manifestações de 2016, aliados com as denúncias de corrupção e às repercussões da Operação Lava Jato. Gohn (2017) afirma duas correntes se estabeleceram:

Uma enfatiza o protesto contra a corrupção, especialmente em empresas públicas como a Petrobras, investigadas pelo Ministério Público Federal via operações específicas, a exemplo da “Lava Jato”, questiona os políticos, pede impeachment da presidente Dilma Rousseff, é contra o partido dos trabalhadores. A outra questiona novas políticas públicas do novo governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente a do ajuste fiscal econômico, mas não é contra o governo federal” GOHN, 2017, loc 721

¹⁹ Conforme explicaremos no terceiro capítulo.

Em uma destas vertentes, a conjunção de fatores que faziam com que o cenário político se tornasse desfavorável para o governo, era pano de fundo para atores de oposição. A articulação era feita através das redes sociais onde procuravam ressaltar questões como nacionalismo e anticorrupção, agregando não só os atores anti-petistas, mas seguindo a temática do afastamento das práticas políticas já conhecidas e associadas a conceitos que deveriam ser rompidos. Essas pautas foram direcionadas para o impeachment como sendo o início de uma solução tanto para a crise política, quanto para a econômica e social. Gohn (2016) frisa que o caráter das manifestações de março não foi partidário, mas sim oposicionista. Ou seja, mesmo os indivíduos que não se identificavam diretamente com a conhecida polarização partidária, se sentiram acolhidos pelos movimentos que destacavam pelo desencantamento e pelas refusa do governo vigente. Esse, foi considerado o catalizador da insuficiência de atender as demandas sociais, atrelado aos escândalos e práticas já descritas, assim como a ruptura do pacto social. Portanto, observou-se o afastamento representativo por parte dos atores em relação do governo vigente, sendo caracterizada como tendência anti-petista. Tem-se como um dos principais articuladores das manifestações, o MBL, que fez a convocação via redes sociais (PINTO, 2017). Além de outros atores como o VPR, que também realizou convocatórias em prol das manifestações.

No "Vem pra rua", o centro do cartaz trazia uma foto de Maduro, presidente da Venezuela, e o texto era o seguinte: "Na Venezuela, já era! Assembleia Nacional da Venezuela dá plenos poderes para Maduro legislar por decreto, transformando-o em Ditador, mas no Brasil só depende de você, dia 15 de março vem pra rua!". O "Movimento Brasil Livre" convocava em sua página com as seguintes consignas: "sem bolivarismo, nem militarismo". (PINTO, 2017 p.1)

Observamos um discurso que sugere o temor por um regime ditatorial, notando que foi utilizado como exemplo um país que também estava sendo governado pela esquerda e com quem o Brasil mantinha relações próximas. A convocatória implica no papel de mudança inerente aos atores sociais. Gohn (2011) ainda aponta para o exercício de cidadania cívica por parte desses atores, ou seja, existiu um gatilho que acionou esse mecanismo. O dia 15 de março de 2015 é dotado de um significado amplo. Foi o dia em que a barreira virtual da articulação dos movimentos sociais na internet foi rompida e transferida para o espaço físico. A organização e o discurso abordado nos meses anteriores, foram fomentando as bases para o alcance nacional. As redes sociais

mostraram que a formula aplicada em 2013 funcionou. Foram 2 milhões de pessoas que se reuniram e iniciaram uma série de manifestações que lembravam junho pelo potencial mobilizador, mas que acabou se diferenciando, conforme o observado abaixo:



Figura 2²¹: Convocação do Vem pra Rua.

No dia 15 de março 2015 a multidão retornou às ruas e esta foi a novidade na cena pública. Aparentemente foi uma retomada de junho de 2013, mas só na questão numérica. Os manifestantes foram ativados via redes sociais, especialmente por novos grupos criados a partir de 2013 ampliando o espectro dos matizes políticas dos atores, trazendo para a cena do protesto social nas ruas grupos que se apresentam em público como de oposição ao atual governo federal brasileiro, mas buscam não se identificar com partidos políticos, mesmo com os da oposição. Faixas e cartazes de partidos políticos foram proibidas, assim como a fala de membros do parlamento. A predominância dos jovens em junho de 2013 foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias, especialmente famílias que levaram seus filhos. Certamente foi o batismo na política para estas crianças, assim como um momento educativo, que alguns denominaram de ‘cidadania cívica’. Dentre os novos grupos organizadores do ato de 15 de março em São Paulo, destacam-se: “Vem Pra Rua” – VPR e “Movimento Brasil Livre” – MBL, entre outras dez novas siglas/grupos. GOHN, Maria da Gloria – Os protestos recentes no Brasil: 2013-2015. ISA The future we want: Global Sociology and struggle for better world Forum Sociology <http://futureswewant.net/maria-da-gloria-gohn-protests-in-brazil-portuguese/>

Observando os aspectos das manifestações de março, conseguimos estabelecer um paralelo com as manifestações de 2013. Diferente março de 2015, junho

²¹ Fonte: <http://www.vempraru.net>

de 2013 não só trouxe consigo atores que procuravam se afastar do modelo vigente de política, (o que também ocorreu em 2015). Mas a aderência às manifestações acontecia independentemente de sua prévia escolha política ideológica. Por tal, junho não foi só uma manifestação contrária ao governo, ou a um político específico, mas uma nítida negação ao *modus operandi* da política brasileira. Em março, observamos que o descontentamento com a política partidária ainda é recorrente, e que foi canalizada para o PT, mas também poderia englobar outros atores e partidos de oposição. Pinto (2017) explica que diferente de junho de 2013, março detinha:

Tinham um mote ao redor do qual se articulava o discurso. O mote era "*impeachment* de Dilma Rousseff"; toda e qualquer outra questão era decorrente dessa questão central. Desapareceram a fragmentação discursiva, os temas sociais, políticos e econômicos. (PINTO, 2017, p.1).

Ou seja, em 2015 a questão se encaminhou para a pauta do *impeachment* de Dilma Rousseff e a manutenção ou não do PT no governo, que se fundiam com o tema da representatividade, da Operação Lava Jato e do *impeachment* (consideramos esses os decorrentes descritos por Pinto). Tal sentimento foi reverberado na divisão agora mais solidificada entre manifestações e movimentos a favor da presidente e o PT e manifestações e movimentos sociais contra Dilma Rousseff.

mas sem excluir outros atores políticos. Observamos ainda que a divisão não era calcada em uma separação partidária clássica, entre o PT e um partido da oposição. Mas sim entorno da divisão entre os que apoiavam o governo e os que não apoiavam.



Figura 4²³: Capa do jornal O Estado de S. Paulo.

É importante frisar o apoio dos movimentos sociais que se mostraram presente nas manifestações. Não apenas na parte organizacional, mas também influenciaram no discurso. A democracia foi uma retórica recorrente em ambas as manifestações. Tanto pela vertente contra impeachment que clamava a arbitrariedade no processo nas suas alegações primárias, assim como a sustentação da falta de comprovação de crime de responsabilidade, também pelo fato de que o impeachment seria a ruptura da democracia

²³ Fonte: acervo Folha de S. Paulo.

por interromper sem fundamentos o mandato de um presidente eleito democraticamente. Já nas manifestações pró impeachment, a democracia era abordada como instrumento para a solução da falta de representatividade, baseada pela escassez do discurso do governo petista. É importante frisar o apoio dos movimentos sociais que se mostraram presente nos dois casos de manifestações, demonstrando o apoio e organização mediante às manifestações.

Havia também, nas manifestações, faixas pedindo intervenção militar; elas eram de duas naturezas: faixas de indivíduos ou pequenos grupos, algumas inclusive em inglês: "*we want military intervention now*", e faixas produzidas profissionalmente por um movimento chamado "SOS Forças Armadas"²⁹, que, numericamente, era pouco expressivo, mas que atualizava o espaço político das Forças Armadas. Na página do Facebook dos "Revoltados ON LINE" (acesso em: 10 jan. 2016), lia-se: "chegou a hora de colocar o lixo pra fora! fora PT - fora Dilma - convidem seus amigos! Juntos somos mais fortes e com Deus na nossa frente somos imbatíveis! Chegou a hora de colocar o lixo pra fora".(PINTO, 2017, p. 1)

As tentativas de encontrar soluções para a crise brasileira em tempos de um possível impeachment, trouxe à tona atores que fizeram alusão à necessidade dos militares, mesmo que isso fosse uma intervenção militar. No trecho acima escrito por Pinto (2017), percebemos que as alternativas mediante o desencantamento também permeavam instâncias que se afastavam da esfera política. O anti-petismo e o desencantamento político influenciaram de maneira que foram cogitadas alternativas conservadoras, como foi característica dos governos durante a ditadura militar no passado. Assim como fez-se referência a Deus como potencializador da força necessária para retirar o PT do governo, trabalhando com um discurso que se refere à crença religiosa e a moral do indivíduo. A abordagem de temas até então fora do escopo político como forma de representatividade e a mudança na gramática política é um dos principais processos analisados na dissertação.

2.4) Manifestações de 2013 e 2015

A relação entre junho de 2013 e as manifestações que ocorreram nos anos posteriores, levantam a questão da ocupação do espaço urbano. Com a apresentação do segundo capítulo, será possível traçar o paralelo entre os dois momentos e como junho

influenciou a construção de outra gramática política. No entanto, apesar de se diferenciar em relação ao motivador de suas manifestações, ambos os momentos apresentam a ocupação do espaço urbano como ferramenta indispensável em seu processo.

2.4.1) A importância da ocupação do espaço urbano.

Por que é necessária a ocupação das ruas para que a insatisfação de um determinado período conquiste significado? Se pode acreditar que os processos de urbanização dos grandes centros não garantem aos que ali vivem certa sensação de pertencimento do espaço? É possível supor que a insatisfação pela gestão pública alcançou determinado grau em que se deve reconquistar um espaço que é considerado público.

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos públicos estatais. Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. Ao longo da história da urbanização, a provisão de espaços públicos e de bens públicos (como o saneamento, a saúde pública, e a educação etc.) por meios públicos ou privados foi crucial para o desenvolvimento capitalista. (HARVEY, David, 2012, p.143)

Harvey (2012), faz um estudo da relação do capitalismo no processo de urbanização, utilizando a premissa da “urbanização capitalista” e o conceito de que “a urbanização foi crucial para a história da acumulação do capital”, ou seja, a urbanização pode ser caracterizada como um processo essencialmente capitalista. Pensamento esse que é facilmente embasado quando refletimos sobre as configurações sociais no período da Revolução Industrial. Assim sendo, ressaltam-se o acúmulo de capital, a propriedade privada e a criação de bens estatais (categorias que não serão foco nesse momento) como categorias da estrutura funcional urbana como a conhecemos. Iasi (2013, p. 41) relata que a cidade vai além da “organização funcional do espaço”, sendo considerada como “expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013, p.41).

Segundo Vainer (2013), a relação com o capitalismo vai além, pois vivemos a “democracia direta do capital”. Esse estado democrático possibilita que o capital transite com menos barreiras que impeçam seu fluxo, em prol do investimento financeiro (como os que foram feitos na Copa do Mundo de 2014 ou nos Jogos Olímpicos de 2016, ambos se tornaram motivações das reivindicações de 2013) é concedida essa permissão.

A partir do contexto em que o capitalismo desempenha um papel estruturador na urbanização, é possível começar a refletir que em uma sociedade cada vez mais aberta ao capital privado, em que diversos serviços, bens e espaços são privatizados, a sensação de pertencimento de um espaço público e até mesmo a própria visão do que é público, tal como seu conceito, tenha se tornado turvo. Assim como o direcionamento de reivindicações de direitos dos serviços prestados, ou seja, a cobrança desses direitos também se fragmenta.

A insatisfação pode ser interpretada como mecanismo que adquire o poder de romper a passividade e levar o indivíduo ao espaço público. Mostrando que aquele local urbano também é uma esfera que faz parte da vida do indivíduo, pontuando que existe a separação entre a esfera privada e pública, representada pela propriedade e pelo espaço urbano; quebrar essa dicotomia através das mobilizações é um exemplo da manifestação de representatividade pela ocupação do espaço público. Para Alves (2012, p. 36) “Os movimentos sociais agem no plano da cotidianidade insubmissa, rompendo com a pseudoconcreticidade paralisante da rotina sistêmica, mas permanecendo no esteio da vida cotidiana”. Sizek, em sua obra intitulada “O violento silêncio de um novo começo”, relata sobre a importância de uma reflexão por parte dos manifestantes, que se possa pensar alternativas para o futuro, e não apenas focar na negação do sistema capitalista.

Lanz (2009) faz referência ao pensamento de Castells em dois momentos. No primeiro, é apresentada a ideia de que os movimentos urbanos têm a possibilidade de transformar o sistema, e que esta seria uma de suas características inerentes. “”Como “utopias reativas” elas²⁴ têm o objetivo de “transformar o significado” da cidade sem, no entanto, modificar a sociedade. Elas seriam reações, não alternativas (CASTELLS, 1983

²⁴ “Elas” em relação às características inerentes.

p. 327)''' (LANZ, 2009, p. 221). Em um segundo momento, a detenção do mecanismo de mudança é alternado:

Manuel Castells inicialmente supôs - com relação aos países industrializados do ocidente – que o Estado, no capitalismo avançado, organiza cada vez mais o consumo coletivo (construção de casas, infraestrutura social etc.) e politiza o cotidiano das cidades: em protestos contra o recuo ou o conteúdo das ações estatais (como, por exemplo a demolição de um assentamento auto-organizado em favor de um conjunto habitacional modernista), as alianças políticas podem se chocar com o Estado capitalista que por sua vez, as transforma (CASTELLS, 1997 apud LANZ, 2009, p. 221)

Lanz aponta que existe uma contradição, no sentido de quem seria o detentor do papel transformador descrito por Castells, e que posteriormente é esclarecido à medida que o autor faz uma análise sobre os movimentos da América Latina nos anos 90. Segundo Lanz (2009) a classificação do que é um movimento social urbano para Castells, também sofre mudança, assim como o seu papel transformador. A transição da classificação de Castells se direciona para uma visão mais abrangente, de modo que os movimentos urbanos seriam como comunidades que expõem vertentes específicas de identidade (LANZ, 2009) e que reagem “na maioria dos casos, de maneira apenas defensiva contra a imposição da desordem global e as rápidas e incontroláveis mudanças” (LANZ, 2009 p. 222 apud CASTELLS, 2002 p.70).

As suposições de Castells são, no final das contas, contraditórias: embora os movimentos urbanos não estejam em posição de modificar a sociedade, ele reconhece apenas aqueles movimentos que conduziram suas lutas simultaneamente nos campos do consumo coletivo, da autonomia cultural e da autodeterminação política. Movimentos ou atores que cooperam com o aparato estatal para melhorar sua situação de vida não estariam inclusos. Alain Touraine, por sua vez, nega aos ativismos de bairro da América Latina o caráter de movimento social, mesmo em princípio, posto não objetivarem eles o controle e a transformação do sistema como um todo (cf. SPERBERG, 1997, p. 36). (LANZ, 2009 p.221)

3) Manifestações e o esgotamento do discurso político: uma análise sobre junho de 2013 e sua magnitude.

Este capítulo será norteado pelos eventos ocorridos a partir de junho de 2013, que demonstraram a suscetibilidade em desencadear novos atores políticos, bem como a mudança nos argumentos dos discursos político-representativos. Segundo Nogueira (2013, p. 32) “O Brasil conheceu em junho a face mais visível de uma crise de representação e legitimidade – uma crise política – que vinha de longe e permanecera relativamente adormecida, até então”. A importância desse capítulo se baseia no potencial do conjunto das manifestações que ocorreram em junho de 2013. Existem fatores determinantes e inerentes ao período de evidenciação da mudança da gramática política que carecem de contexto devido à sua abrangência.

À medida em que relacionamos esse cenário com a insatisfação popular pela representatividade da esfera política, é possível entender os motivadores deste processo. Ou seja, aqui analisamos as Jornadas de Junho como marco da insatisfação, que se encaminhou para um possível processo de descolamento da figura ou da esfera política anterior aos eventos que virão a ser mencionados. Abrindo espaço para outras formas de discurso político, que tomam um escopo dimensional diferenciado, que vão além da retórica binária de entre esquerda e direita, permeando por valores e preceitos que antes não diziam respeito ao âmbito político.

As manifestações vão além da ocupação física dos espaços públicos e atentam à maneira com a qual a cidade implica nas demandas da população por parte das instituições. O mecanismo que conecta esses fatores, é justamente a esfera política. As Jornadas de Junho mostraram a ruptura de um hiato²⁵ em que a população se via distante da cidade, e a utiliza como meio de demonstrar a sua insatisfação. Neste capítulo atentaremos para os principais aspectos que envolveram as Jornadas de Junho e que contribuíram para o raciocínio que norteiam esta pesquisa. Observaremos a conjuntura que alicerçou as mobilizações de 2013, procurando descrever e analisar o cenário político e econômico que nos levou às reflexões sobre as Jornadas de Junho por um escopo

²⁵ As manifestações que compuseram as Jornadas de Junho, são caracterizadas por terem mobilizado um grande número de pessoas, tal fenômeno não era relatado desde as passeatas pelo *impeachment* do presidente Collor na década de 1990 e Diretas Já em 1984. Existiram outras manifestações, mas não com essa amplitude mobilizadora.

sociológico. Notando a interação dos atores com a cidade e suas reivindicações. Assim como a maneira com a qual elas foram feitas, seus instrumentos e a importância da dimensão nacional e supranacional de suas conexões e ressignificações.

3.1) Diagnósticos sobre o período pré- Junho

A insatisfação política não é um sentimento que se fez presente no cenário brasileiro somente em 2013, existe um processo de estruturação que se reflete em um período mais recente, pós-1990, esse sentimento foi se formando. Levando em consideração a representação substancial por parte dos movimentos sociais²⁶ na América Latina²⁷, que aqui é destacada por ser governada por uma maioria de esquerda, mesmo com a repercussão dos movimentos antiglobalização, os mecanismos com os quais seria possível alcançar as mudanças necessárias, não sofreram as mudanças solicitadas. Com o Fórum Social Mundial, se teve uma ideia da visão dos presidentiáveis e como aquele discurso poderia se encaixar com o conceito dos movimentos. Como ambos tinham em si uma vertente que em sua maioria era contrária aos princípios da política global vigente, os movimentos foram absorvidos pela esquerda, o que parecia ser um casamento perfeito.

Assim sendo, mesmo com as grandes manifestações antiglobalização que marcaram os últimos anos de 1990 até os primeiros anos da década de 2000, a lógica das ações sociais dos movimentos, ao fim e ao cabo, em grande parte, permaneceu pautada pela lógica das organizações políticas (...). Na América Latina, vimos como o caldo político dos movimentos antiglobalização, expressados, por exemplo, no Fórum Social Mundial, foram capitaneados pelos partidos de esquerda a partir de 2002, com a eleição de vários presidentes vinculados à esquerda (...). Suas plataformas e promessas de governo pautaram um viés contra-hegemônico ao capitalismo mundial. (GAJANIGO & SOUZA, 2014, p.582.)

Em teoria, era esperado que a eleição dos presidentes de esquerda se comportasse como uma maneira de expressão das demandas dos movimentos sociais. A instrumentalização acabou não funcionando como o esperado, principalmente pela mudança entre o tom do discurso e o formato da aplicação prática, o que não quer dizer

²⁶ Aqui nos referimos aos movimentos entre 1990 e 2000, anteriores aos que se manifestaram nas Jornadas de Junho.

²⁷ Neste momento nos atentamos para a América Latina em especial devido à esquerda crescente e a proximidade com Brasil. No entanto foi possível observar movimentos antiglobalização em vários outros países, como será descrito à frente.

que não foram realizadas políticas públicas de cunho social. A relação aqui não se comporta de maneira auto excludente.

As transformações sociais e as demandas por direitos indenitários, que teriam sido a tônica política desse período, seriam transformadas em plataformas político partidárias discutidas no âmbito parlamentar, juntamente com questões de Estado e Economia. Seria nos termos de Gramsci, uma Revolução Passiva, pois, apesar das grandes propostas sociais, em detrimento da política econômica anteriormente prioritária, faltou uma radicalidade nas ações, capaz de transformar o Estado em um Estado renovado, pois ela manteve o seu caráter inacabado, já que as alianças com os setores tradicionais e conservadores e com a alta burguesia financeira foram mantidas. O que se deu a *grosso modo*, foi um deslocamento do foco discursivo, da economia para o social. (GAJANIGO & SOUZA, 2014, p.582.)

No caso brasileiro, insatisfação foi representada principalmente pela parte jovem da população, que se organizou em novos movimentos, alguns inspirados em movimentos de outros países²⁸, como por exemplo, o movimento da Resistência Global, original de Seattle. Desse modo, conseguimos traçar uma perspectiva em relação aos movimentos sociais a partir dos anos 2000 e sua relação com o modo de condução do Estado. O segundo ponto que traça o pano de fundo, diz respeito ao desgaste da política econômica e social (falta de adaptabilidade) aplicada mediante as mudanças de cenário global.

Após o êxito nas políticas públicas de injeção de capital como potencial equalizador da desigualdade social, se observou o esgotamento da forma com o qual o plano político híbrido social-desenvolvimentista e liberalista era aplicado (esgotamento agravado também pelos indícios de crise econômica), em vigência desde o início dos anos 2000 pelo governo Lula (que teve sua continuação no governo Dilma, que era o governo vigente durante as jornadas de junho). As fragilidades ficaram expostas, se agravando principalmente a partir do processo de julgamento do mensalão²⁹ em 2005, e com as denúncias de corrupção.

Evidenciou-se então que a experiência brasileira dos governos progressistas tinha falhas e fragilidades constitutivas,

²⁸ Aqui já é possível observar a comunicação em rede e a expansão supranacional dos movimentos, além identificação individual.

²⁹ Nos referimos ao processo de julgamento por corrupção iniciado em 2005.

associadas em boa medida à modernização autoritária que presidiu o desenvolvimento do capitalismo no país. Lula, em particular, contribuiu para que mantivesse - em nível superior - a marca histórica desse desenvolvimento: um sistema centralizador, com uma cúpula revestida de grande ativismo decisório e capacitada para assimilar e compor os interesses sociais. O desenvolvimentismo de sempre seria devidamente turbinado por um enredo que teria finalmente chegado a hora do Brasil mostrar seu valor e sua grandeza ao mundo. Assim, atraídos pelo grandiloquente e hiperbólico discurso oficial, a sociedade civil, os movimentos sociais e a opinião pública foram se acomodando ao ritmo governamental. As oposições, desorientadas e sem capacidade organizacional, recolheram-se à retórica e ao controle dos governos regionais. As vozes das ruas e das urnas de algum modo ecoavam as demandas sociais, mas não conseguiam inscrevê-las na agenda política. A conservação das estruturas da concentração de renda, da propriedade e do padrão econômico-social vigente piorou a situação. Aos poucos, a insatisfação e a decepção subiram de tom. E as redes sociais passaram a reverberá-las, projetando-as para as ruas. (NOGUEIRA, 2013, p. 41,42.)

Partindo desse ponto, observamos uma série de tentativas de manutenção de uma agenda que se tornou obsoleta mediante à crise econômica na mesma velocidade em que a forma com a qual a política era representada também se tornava obsoleta mediante à crise política. Se estabeleceu um panorama de perda de credibilidade do corpo político como um todo, não somente em relação ao governo Dilma.

Ou seja, é de suma relevância ratificar que as Jornadas não foram um evento repentino³⁰, como algo que simplesmente surgiu das ruas em um momento qualquer. Existe todo um contexto anterior na atmosfera das manifestações e dos movimentos sociais³¹, que explica não só alguns motivadores das Jornadas de Junho e de outras manifestações³², mas também o efeito em rede que as manifestações conseguiram estabelecer no período de 2013. Essas manifestações que ocorreram ao redor do globo, principalmente no período que corresponde à década de 90, no auge das políticas de abertura de mercado neoliberais e do globalismo.

³⁰ É importante salientar que as Jornadas de Junho foram acompanhadas por uma série de mobilizações em outras cidades, que não as brasileiras. Algumas dessas mobilizações já estavam em curso anos antes de 2013.

³¹ Ratificamos aqui que Manifestações e Movimentos sociais não são sinônimos. As manifestações de 2013, trouxeram à tona alguns movimentos sociais que se identificavam com a causa. Alguns já existentes, como o caso do MPL (Movimento Passe Livre), e outros que se formaram depois, como o MBL (Movimento Brasil Livre).

³² Manifestações essas como *Ocuppy Wall Street*, movimento dos *Los Indignados* e a Primavera Árabe, que terão seus aspectos aprofundados no decorrer do texto.

Os anos de 1990 também foram um período marcado por inúmeras manifestações e movimentos sociais antiglobalização, que reocupavam os espaços públicos em vários países. Tais movimentos seriam uma resposta ao agravamento da crise financeira global, que impôs medidas severas de controle dos gastos públicos sociais, além de um salto no índice de desemprego em grandes economias como a dos EUA e de países da Europa. (GAJANIGO & SOUZA, 2014, p.579.)

Conforme Gohn (2009) afirma, conseguimos compreender que os movimentos além de se comportarem como uma ferramenta urbana, podem ser considerados como uma espécie de termômetro. Se naquele determinado momento, surgem novos movimentos (ou os que já existem, tomam forma e demonstram constante atividade) com demandas e reivindicações, é preciso analisar o contexto social vigente e observar que a insatisfação tomou frente à passividade. Eles realmente se comportam como uma resposta ao que acontece na cidade ou no país de uma maneira geral.



Figura 1: Manifestantes na Avenida Presidente Vargas, na cidade do Rio de Janeiro³³

Essa é justamente uma das características principais das Jornadas de Junho, ela foi uma reação ao cenário político mais amplo. Ação essa, que ganhou forma e se impôs, à medida que foi reconhecida a magnitude das mobilizações. A dimensão pode ser constatada não só pelo caráter inclusivo, como o organizacional. As Jornadas de Junho em seu ápice, no dia 20 de Junho, reuniram mais de 1,25³⁴ milhão de pessoas simultaneamente em mais de 100 cidades brasileiras. Mas qual seriam os motivadores das

³³ Fonte: www.marxismo21.org

³⁴ Segundo dados da Folha de São Paulo.

mobilizações, o que desperta no indivíduo a vontade de romper a passividade do espaço privada e ocupar o espaço público? É o que procuramos analisar no próximo tópico.

3.2) As jornadas de junho e sua reverberações.

Esclarecemos que nesse capítulo, mais importante aqui é compreender que os motivos desencadeadores não necessariamente se mantêm como interesse norteador das reivindicações. Eles estabelecem o tom no início, mesmos que as dimensões e proporções eram ditadas por outros motivadores.

Como fator desencadeador em questão, se comportando como gerador primário das manifestações, temos o anúncio do aumento das passagens de ônibus em R\$0,20 feito pela prefeitura de Natal-RN. Aparentemente uma manifestação que se esvaíria, acabou tendo o poder de revogar o aumento anunciado. Ou seja, a mobilização por parte da população, a mesma que utiliza o serviço do transporte, fez com que a proposta não se concretizasse. Tal resultado pode ser analisado como a ruptura da passividade civil mediante às medidas institucionais. Outros representantes de diversas cidades (como Rio, São Paulo, Brasília e Curitiba) começaram a divulgar que também aumentariam os preços das passagens de outros transportes urbanos. Foi a partir desse momento que se iniciaram a organização das manifestações. Tem-se como exemplo, a convocação da população pelo Movimento Passe Livre³⁵:

As mobilizações sempre foram muito mais amplas que o Movimento Passe Livre - que jamais se pretendeu em ser dono de qualquer uma delas - e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento. As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL. Contudo, a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas. (MPL-SP, 2013, p.17)

Por ter começado como uma mobilização voltada para a questão dos transportes públicos, tema que envolve diretamente com a maior parte da população, as jornadas se estabeleceram principalmente pela assiduidade e simultaneidade dos protestos. Gohn (2014) afirma que as mobilizações adquiriram um caráter de movimento de revolta coletiva., que ocorreu a empatia com a causa, ou seja, a partir do momento em que:

³⁵ O MPL foi surguiu em 2003 e foi formalmente reconhecido como movimento social em 2005. O MPL luta contra a exclusão urbana por parte do sistema de transporte.

O 'povo' viu, na TV e jornais, jovens sendo espancados por lutarem por bandeiras que eram também suas, como a mobilidade urbana, ele também saiu às ruas. O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública. (GOHN, Maria da Glória, 2014)

Destacamos aqui o evento ocorrido na cidade de São Paulo no dia 13 de junho, onde a quarta mobilização que reivindicava diminuição pelo preço das passagens (O MPL, desde o dia 3 do mesmo mês, convocara sete grandes atos para a revogação do aumento dos preços das passagens), foi marcada por uma intensa repressão por parte da polícia.

Juntamente com o aumento de adeptos, novas demandas apareceram no cenário. Seriam elas: melhorias na educação e saúde, fim da corrupção, redução dos gastos e até mesmo boicote da Copa do Mundo de 2014. Macedo (2013), relata sobre a parcela da população que reivindicou “hospitais padrão Fifa”, em uma analogia aos investimentos que não foram destinados à saúde, mas sim direcionados às obras de infraestrutura dos grandes eventos. Prosseguindo a análise, Macedo (2013) também aponta que o aumento da concentração urbana nos grandes centros não foi acompanhado pelo aumento dos investimentos públicos necessários para que fosse fomentada uma rede de serviços básicos qualidade, tanto em relação à saúde e educação, quanto a questões de mobilidade urbana. Assim sendo, as demandas das manifestações conseguiram transcender a solicitação original dos R\$0,20 e atingir um escopo mais amplo de insatisfação que tangia mais de um setor, como explica Castells(2012):

Passe livre. Porque a mobilidade é um direito universal, e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é resultado de uma modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e pela corrupção municipal. E com um transporte a serviço da indústria do automóvel, cujas vendas o governo subsidia. Tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar. Mas também disseram: “Não são os centavos, são nossos direitos”. [...] o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão. (CASTELLS, Manuel, 2012, p.178)



Figura 2: Cartaz fotografado na manifestação “Nosso suor sagrado vai mais além do que 20 centavos”³⁶

A ocupação dos espaços públicos ocorreu em larga escala por diversas cidades, as mobilizações atingiram dimensões inimagináveis e resultados foram alcançados: como a diminuição das tarifas de transporte público nas cidades de Curitiba e Belo Horizonte. Anteriormente, destacamos a importância do dia 20 de junho, principalmente no que diz respeito ao número de manifestantes. É importante apontar que o grande número de manifestantes não se concentrou apenas no Sul e Sudeste do país, ele se espalhou por diversas cidades, mesmo em estados e regiões de população com menor poder aquisitivo e escolaridade. A tabela abaixo demonstra alguns dos 75 locais (FIGUEIREDO, 2013) onde houveram manifestações:

³⁶ Fonte: marcos-galdino.blogspot.com.

<u>Relação entre cidades e o número de manifestantes</u>	
<u>20 de Junho de 2013</u>	
Cidade e Estado	Número de Manifestantes
Rio de Janeiro - RJ	300 mil
São Paulo - SP	100 mil
Brasília - DF	20 mil
Salvador - BA	20 mil
Porto Alegre - RS	15 mil
Vitória - ES	100 mil
Fortaleza - CE	30 mil
Belém - PA	15 mil
Campinas - SP	30 mil

Tabela 1³⁷: Relação entre cidades e o número de manifestantes

A diversidade regional também influencia nas demandas por parte de cada corpo social. Considerando que cada lugar tem sua especificidade em termos de pleitos, além da demanda comum e nacional que consegue agregar mais consistência às manifestações, existe a reivindicação local com suas próprias nuances. Prosseguindo com a análise da tabela, observamos que Campinas é a única cidade que não é capital de seu estado, e mesmo assim obteve um número significativo de manifestantes, o que vêm a demonstrar a amplitude do processo permeia além das capitais.

A instrumentalização das reivindicações é utilizada como recurso para se valer o direito da ocupação do espaço público, como uma resposta democrática à

³⁷ Tabela elaborada com dados do portal G1.

insatisfação política. Destacamos ainda nos eventos do dia 20 de junho, o dado acima que aponta 20 mil pessoas em manifestação na cidade de Brasília. Esse comporta um caráter único: existe um redirecionamento da simbologia da conquista das ruas. No caso em questão foi utilizado o Palácio do Itamaraty como elemento personificador, ao invés de uma avenida, como vinha sendo feito.



Figura 3³⁸: Manifestantes em Brasília

A manifestação entrou em um nível que permeou o símbolo da representatividade institucional política. Atingir essa instancia significa a vontade da retomada de um poder com embasamento político. E acima de tudo, pode se afirmar em um plano simbólico, as manifestações se apresentam uma latente insatisfação com os rumos da política nacional.

Ratificaremos aqui a o perfil dos manifestantes de junho, apresentando dois dados que corroboram para a análise que vem sendo construída. Segundo dados da pesquisa Data Folha, 48% dos participantes em escala nacional tinham ensino fundamental, e apenas 16% se declararam com ensino superior. Panorama que sofre mudança quando observamos o perfil daqueles que ocuparam a Avenida Paulista: 78%

³⁸ Fonte: marcos-galdino.blogspot.com.

tinham do ensino superior e apenas 2% haviam feito somente o ensino fundamental. Segundo Figueiredo (2013), esses manifestantes se destacavam pela juventude, renda e grau de escolaridade altos, assim como eram mais democráticos e oposicionistas do que a média nacional. Portanto, percebemos que existe uma maior aderência aos jovens dos grandes centros (apesar da amplitude do processo ser de escala nacional). Gohn, ressaltando a importância organizacional dos coletivos e a representatividade política mediante ao pertencimento de cada um, apontando que seria um equívoco analisar os jovens manifestantes como um bloco sólido e homogêneo (GOHN, 2013).

3.3) Panorama Global: movimentos supranacionais em rede a partir de 2011

A partir de 2011 nos deparamos com fenômeno social global, o que Carneiro (2012, p.7) explica como sendo “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais e protestos com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito semelhantes e consciência solidária mútua”. Inúmeras comparações visando compreender o cenário foram atribuídas ao depois ficou conhecido como “movimentos em rede” (CASTELLS, 2011). As mobilizações que vamos aqui abordar ficaram conhecidas como Primavera Árabe, *Occupy Wall Street* e *Los indignados*. Visando calcar um contexto na esfera macro sobre as manifestações de junho, é de suma importância analisar os embricamentos dos movimentos supranacionais. Apesar das manifestações de junho só terem efetivamente acontecido em 2013³⁹, os movimentos⁴⁰ de 2011 abriram espaço para uma série de práticas que foram posteriormente utilizadas em junho. Além da similaridade do sentimento de insatisfação e “esgotamento psicológico de muitos povos em uma mesma sincronia”. (CARNEIRO, 2012, p.8).

O que assistimos hoje nos EUA e na Europa é quase uma catarse coletiva, trata-se de individualidade pulsantes de indignação e rebeldia criativa, cada uma com suas preocupações e dramas humanos singulares de homens e mulheres proletários; com seus sonhos e pequenas utopias sociais capazes de dar um sentido à vida por meio da ressignificação do cotidiano como espaço de reivindicação coletiva dos direitos usurpados. (ALVES, 2012, p. 36)

³⁹ Destacamos junho pela proximidade com os eventos e pelo contexto de crise econômica mundial.

⁴⁰ Para fins de esclarecimento, nesse momento, utilizamos o termo manifestações em relação aos movimentos de 2011, para poder incluir as manifestações brasileiras (que não são caracterizadas aqui como um movimento social). Trabalhamos com o preceito de que os movimentos citados fizeram atos de mobilização e manifestação.

Portanto, concordamos com Alves (2012) que explica que os novos movimentos sociais trazem consigo “amplitudes de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não e mover-se contra o *status quo*”” (ALVES, 2012, p.36). Essa sessão será encarregada da análise desse panorama, bem como as suas implicações em rede.



Figura 4⁴¹: A frase “Nossos sonhos não cabem nas urnas” fotografadas em 3 países diferentes.

3.3.1) Primavera Árabe

O termo Primavera Árabe⁴² foi denominado às manifestações que tiveram início em dezembro de 2010 na Tunísia, que após obterem grande número de

⁴¹ Compilado de imagens feito pela autora, com base nas fontes: mi-we.org; twitter.com

⁴² O termo faz referência à Primavera de Praga (movimento em que a Tchecoslováquia, que era governada por regime autoritário, buscou separação política da União Soviética no ano de 1968).

participantes, reverberaram e inspiraram outros países como Iêmen, Sudão, Líbia, Síria, Jordânia, Egito, Argélia, entre outros. Os protestos foram motivados pela insatisfação popular em relação a pautas como qualidade vida, representatividade política, corrupção e desemprego. Esta, está diretamente relacionada ao acontecimento considerado como marco do início dos protestos ocorreu na Tunísia, onde o jovem Mohamed Bouzizi, de origem tunisiana, acabou por cometer autoimolação. Brancolli (2013) relata que Bouzizi sofreu abuso de poder policial, após ser agredido moral e fisicamente por tentar reaver produtos que foram confiscados de sua barraca, ação que se repetira pela sétima vez na mesma semana, juntamente com o pagamento de propina que Bouzizi havia pago para a liberação da barraca. A violência policial e a corrupção também foram temas que se fizeram vigentes nos protestos do Egito. Após publicar um vídeo em que se comprovava que funcionários do governo estariam envolvidos em esquemas de corrupção, Khaled Said foi morto após ser espancado por dois policiais.

A utilização da internet por Said para denunciar os funcionários do governo, reforça que os protestos que se espalharam pelo Oriente Médio e por parte da África, tiveram as redes sociais como ambiente em que o discurso era legitimizado. Não porque a denúncia poderia obter êxito e culminar em processo administrativo, mas pelo potencial inerente que internet possui de dar voz, assim como explica Castells (2011), criando um ambiente de liberdade, em que se faz possível questionar. Apesar da ação contra Said, e utilizando o Egito como exemplo, os governos vigentes não conseguiram conter o caráter mobilizador e ativista que as redes sociais proporcionaram à população, mesmo por intermédio da violenta repreensão policial que se fazia recorrente às manifestações. É de suma importância ressaltar que a em sua maioria, o sistema de comunicação e televisão desses países eram controlados e instrumentalizados pelo governo e que o acesso às redes sociais leva a emancipação de uma esfera que não mais responde apenas ao filtro da censura estatal⁴³. As redes sociais conseguiram em uma escala supranacional, unir demandas e incarnando interesses que eram comuns (JOFFÉ, 2011), a países geograficamente próximos, mesmo com governos distintos, o que *a priori*, assume-se que teriam problemas diferentes. Sendo assim, a similaridade das demandas expõe os níveis de esgotamento dos mecanismos políticos dos Estados, que em sua maioria se encontravam em situação de democracia restrita, guerra civil ou autocracia.

⁴³ Raciocínio que faz alusão à Castells (2011).

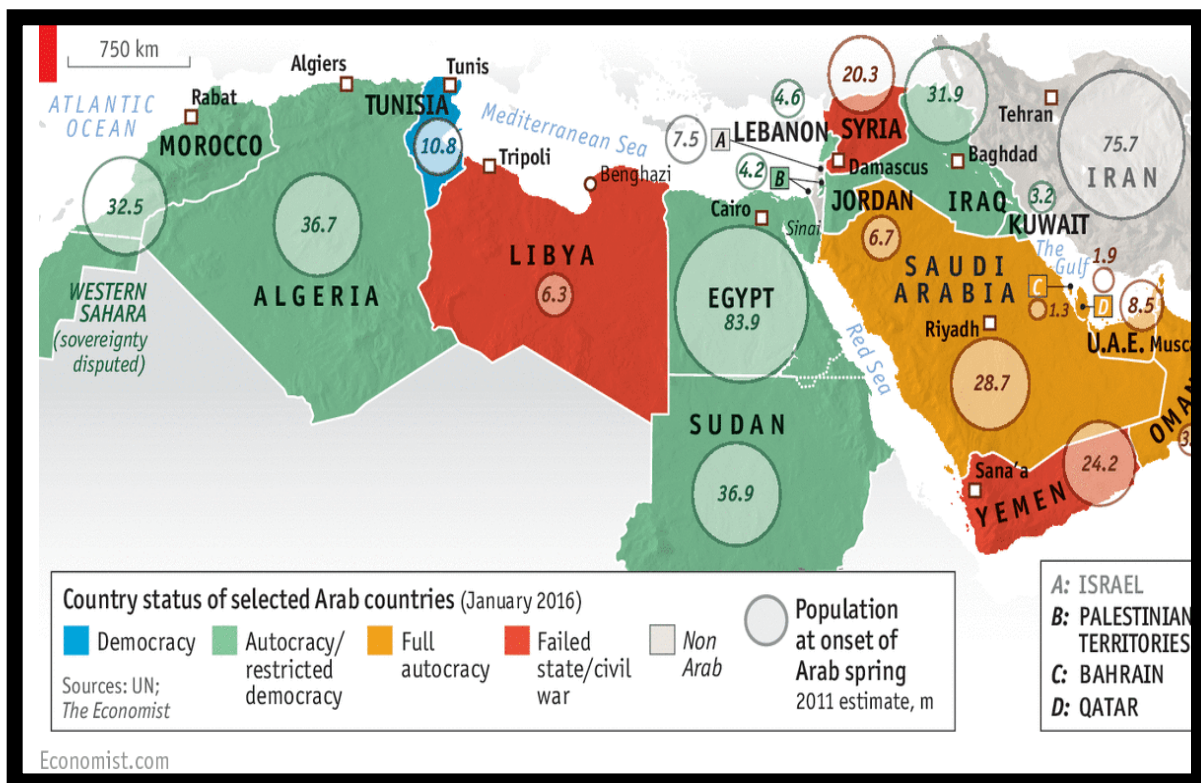


Figura 5⁴⁴: Mapa que sinaliza os tipos de governo dos países que participaram da Primavera Árabe.

As manifestações da Primavera Árabe, assim como foi comum às outras, trouxe consigo o esgotamento do discurso e das formas conhecidas da representação e execução política. Segundo Castells (2012, p. 74) “sem dúvida havia mágoas profundas numa população que por décadas fora submetida à opressão política”. O que agregou unicidade ao caso, além das variadas formas de governo, é que a multiplicidade também tange nas formas de democracia, o que Joffé (2011) aponta como democracia iliberal, através do pensamento de Zakaria. A alusão de uma democracia era utilizada como mecanismo para a manutenção de formas de governo autoritárias, reforçando a soberania dos mesmos, garantindo a sua sobrevivência (BRUMBERG, 2002 apud JOFFÉ, 2011).

No início da década passada tornou-se claro que a democracia iliberal não era apenas uma aberração do ideal democrático liberal, como Fareed Zakaria supusera. Pelo contrário, tornou-se um meio através do qual os regimes autocráticos protegiam o seu poder. Foi esse fenómeno que Daniel Brumberg identificou em 2002 quando fez notar que no mundo árabe há um conjunto de factores interdependentes – institucionais, económicos, ideológicos, sociais e

⁴⁴ Fonte: economist.com

geoestratégicos – que criaram uma ecologia adaptável da repressão, do controlo e da abertura parcial. Brumberg prosseguia, apontando o facto de esses sistemas também beneficiarem da aquiescência, e inclusive do apoio ativo em diferentes graus, dos grupos e dos movimentos da oposição. De fato, estes também beneficiavam do novo espaço político autónomo que os regimes agora toleravam, mesmo que essa autonomia fosse cuidadosamente circunscrita para garantir a segurança do próprio regime. Acrescentou que nessas circunstâncias as oposições iliberais podiam ser manipuladas para afastar alternativas genuinamente democráticas de modo a, simultaneamente, preservar a ilusão formal da democracia. O oposto também era verdade, na medida em que o encorajamento estatal da expressão democrática restrita podia igualmente ser usado para confinar e isolar movimentos de oposição iliberal. (BRUMBERG, 2002 apud JOFFÉ, 2011)

A ilusão de democracia externa descrita por Brumberg termina quando os Estados se sentem desafiados. A defesa acontecerá independentemente do método, o objetivo é a manutenção do poder. A reação do Estado ocorre segundo suas regras institucionais, sejam elas democráticas, ditatoriais ou a mistura de ambas (CASTELLS, 2012). Essa reação é fundamentada quando ocorre a discordância entre a execução das demandas dos manifestantes e a estrutura das relações de poder. O resultado é o uso da violência como ferramenta de contenção. Segundo Castells (2012, p.76) “sua disposição ao uso da violência extrema depende de seu grau de legitimidade, da intensidade do desafio que enfrentam e de sua capacidade operacional e social de empregá-la”. Ou seja, a violência está exponencialmente relacionada ao grau intimidação do governo em relação às manifestações. Concordamos com Castells que quando se estabelece o conflito entre o grau de resistência dos movimentos e a violência extrema por parte do Estado, o resultado depende da “interação dos interesses políticos e geopolíticos” (CASTELLS, 2012, p. 76). No entanto como a resistência das manifestações árabes, bem como o desenvolvimento dos movimentos tinha correlação direta com o Estado, a partir do momento que os regimes adotaram a violência extrema e continuaram persistentemente negando às demandas, o caráter reformista foi deixado de lado e se adotou uma postura revolucionária. Tal conduta visava diretamente a derrubada dos ditadores (CASTELLS, 2012), como apresenta o quadro abaixo:

<p>Relação país e chefe de estado: As consequências da Primavera Árabe</p>
--

País	Chefe de Estado	No poder desde	Consequência das manifestações
TUNÍSIA	Zine El Abidine Bem Ali	1987	Fugiu para Arábia Saudita. Posteriormente foi condenado à 35 anos de prisão.
EGITO	Hosni Mubarak	1981	Renunciou em Fevereiro de 2011
LÍBIA	Muammar al-Kaddafi	1969	Capturado, torturado e morto.
IÊMEN	Ali Abdullah Saleh,	1990	Renunciou em Fevereiro de 2012.
IRAQUE	Nouri al-Malik	2006	Não tentou a reeleição
JORDÂNIA	Rei Abdullah II	1999	Demissão do Primeiro Ministro

Tabela 2⁴⁵: Consequências da Primavera Árabe

Um dos principais resultados de todo o processo que culminou nas inúmeras mudanças dos governos árabes, foi a oportunidade de expressão e organização política. "A Primavera Árabe trouxe um elemento novo à região: sua participação popular estava congelada e, de repente, multidões ocuparam praças para derrubar ditaduras" (SADER, 2012, p.86). A inserção dos jovens no movimento, culmina na interrupção do ciclo de restrição de liberdade política à qual suas famílias eram submetidas devido aos regimes antes estabelecidos. A revolução árabe resultou em uma ressignificação política. Serviu de inspiração para outras manifestações ao redor do globo, mesmo não tendo os mesmos resultados efetivos (como mudanças de governantes), transmitiu a possibilidade de esperança através da mudança.

3.4.2) Occupy Wall Street

⁴⁵ Tabela confeccionada pela autora com base em dados das obras: *Redes de indignação e esperança e Revista Cidades: Ativismos sociais e espaço urbano.*

Inspiradas pelas manifestações da Primavera árabe, acompanhando a onda de movimentos em rede, *Occupy Wall Street* teve suas mobilizações iniciadas em setembro de 2011 na cidade de Nova York. O nome que caracteriza o movimento faz referência é composto por dois significados: *Occupy* é relacionado ao caráter das mobilizações, que foram em forma de ocupação e *Wall Street* se refere ao centro financeiro americano. As manifestações conhecidas como *Occupy* também ocorreram em outras cidades pelo mundo, além de outros locais nos Estados Unidos. A sensação de pertencimento à causa, é um dos propulsores da rápida propagação que mostra profundidade e espontaneidade (CASTELLS, 2012). O caráter abrangente das ocupações é retratado pelo aspecto dos elementos responsáveis pela formação de insatisfação. Apesar do início do movimento em 2011, a formação desses elementos se deu em um cenário anterior, como relata Tavares, Da Silva e Capelini:

O ano de 2008 foi marcado pelo auge do colapso no sistema financeiro global, tendo seu início nos Estados Unidos da América (EUA) em meados de 2007, impulsionado pela crise do setor imobiliário. A valorização dos imóveis americanos, juntamente com a queda dos juros a partir do ano de 2001, estimulou as financeiras e os bancos a oferecerem uma larga oferta de créditos, financiamentos hipotecários e as chamadas *subprimes* (financiamentos de alto risco, para a população que não tem renda suficiente para fazer empréstimos) para abarcar uma maior clientela na compra de imóveis. No entanto, a partir ano de 2005, houve um aumento das taxas de juros para conter a inflação e, com isso, ocorreu uma queda nos valores dos imóveis dificultando seu refinanciamento por parte dos clientes *subprime*. Tal fato acarretou numa "elevação na inadimplência e desvalorização dos imóveis e ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco - *subprime*" (Cintra & Farhi, 2008:35). Isso coloca em questão não só o sistema financeiro americano, como o sistema financeiro internacional e seus mecanismos de regulação e supervisão de mercado, transformando o que era para ser uma crise de crédito em uma profunda crise financeira e bancária global. (TAVARES, DA SILVA, & CAPELINI, 2014).

A crise de 2008 trouxe possibilidade de fragilidade de um dos sistemas financeiros mais respeitados e consolidados. Fleischer (2013, p.1) explica que "*The 2008 Global Financial Crisis Sparked a significant questioning of economic policies around the world*". A quebra da hegemonia econômica americana estabelece relação de vulnerabilidade que é vinculada aos outros sistemas financeiros e a forma de funcionamento. A inconsequente política de oferta de crédito cobrou seu preço quando foi utilizado o aumento das taxas de juro como manobra para conter a inflação. No

entanto, o efeito desse panorama foi o aumento da inadimplência, resultando em crise econômica e financeira, embasando as pautas contra desigualdade econômica e corrupção nas ocupações.

Em um âmbito globalizado, quando este é constituído de uma crise mundial, os frutos também são comuns. Como os outros movimentos em rede, o *Occupy* utilizou as redes sociais não só para sua articulação e convocação, assim como essas foram responsáveis pela difusão geográfica do movimento (CASTELLS, 2012). Variações de *hashtags* com as letras “#OWS” foram utilizadas para divulgar os movimentos e as pautas das reivindicações⁴⁶. Também foi criado um site do próprio movimento, onde é possível encontrar artigos e a auto descrição do movimento, que se intitula como um movimento de resistência, que acolhe membros de diversas cores, raças e vertentes políticas.

Occupy Wall Street is a leaderless resistance movement with people of many colors, genders and political persuasions. The one thing we all have in common is that We Are The 99% that will no longer tolerate the greed and corruption of the 1%. We are using the revolutionary Arab Spring tactic to achieve our ends and encourage the use of nonviolence to maximize the safety of all participants. <http://occupywallst.org>⁴⁷

A expressão “*We are the 99%*” faz referência à disparidade social e econômica americana de distribuição de renda. Segundo Peschanski (2012, p.27) “nos Estados Unidos, de acordo com estudos do governo de 2008, 1% da população controla quase 25% da renda, 15 pontos percentuais a mais do que controlava em 1980 [...]”. Ser um movimento formado por componentes que fazem parte do “99%” significa ser detentor de característica inclusiva. Impulsionado pelas redes sociais que tem a capacidade de conectar esses agentes. Concordamos com Castells (2012, p.131) “as redes sociais da internet mobilizaram apoio suficiente para que as pessoas se reunissem e ocupassem o espaço público, territorializando seu protesto [...]”. A interação com o movimento foi constante, manifestantes retratavam seu dia a dia nas ruas e praças, filmavam como dormiam, como faziam as deliberações. Toda a estrutura era documentada pelos próprios participantes. A possibilidade de uma cobertura ao vivo

⁴⁶ Essas também eram discutidas em assembleias físicas, deliberadas nos espaços ocupados onde os manifestantes poderiam argumentar seus pontos de vista e escolher os rumos da ocupação. Esse tópico será explorado posteriormente.

⁴⁷ Declaração retirada do site do movimento, não é vinculado especificamente a um autor.

através dos *livestreams*⁴⁸ não só enfatiza o descolamento proporcionado pelas redes sociais em relação às outras plataformas de informação, como os conecta com outros movimentos. Castells sinaliza que os acessos aos *livestreams* eram tão frequentes que foi estimado um pico de 8 mil pessoas assistindo ao vivo durante a madrugada (CASTELLS, 2012).



Figura 6⁴⁹: Manifestantes e o faixa com o escrito “Nós somos os 99%”

O movimento apresentou um escopo democrático próprio. Durante as ocupações, várias formas de deliberação eram feitas em conjunto. Existia um modelo organizacional com variações que surgiram originalmente de outras manifestações (CASTELLS, 2012), com um traço que retrata a amplitude do movimento: não havia liderança centrada em uma pessoa ou ícone. Como constatou Castells (2012, p. 139) ““A maior parte das ocupações seguia as mesmas regras gerais [...] ““Não existe um único líder ou corpo de governo na assembleia geral- as vozes de todos são iguais. Todos são livres para propor uma ideia ou opinião””. A participação nas assembleias era tão crucial para a manutenção do movimento, que foram criadas sinalizações manuais, aumentando a interatividade e validando o processo democrático que não apenas prioriza a tomada de decisão pela escolha da maioria, mas valoriza a opinião individual de todos os participantes:

⁴⁸ Plataformas digitais que fazem exibições ao vivo pela internet.

⁴⁹ Fonte: *New Internationalist* – newint.org.

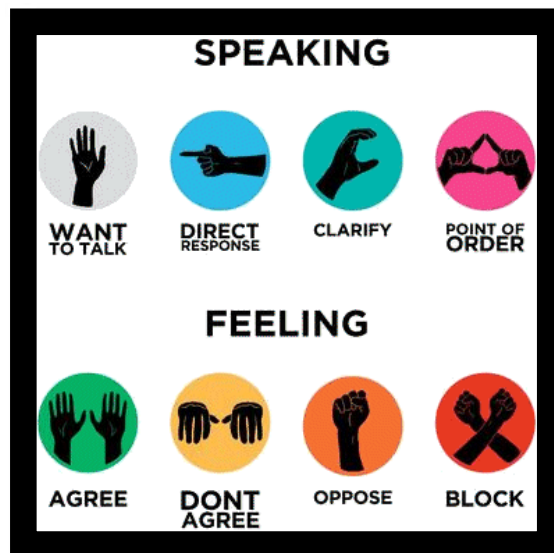


Figura 7⁵⁰: Sinais utilizados nas assembleias do movimento Occupy.

Além da sua raiz democrática, os movimentos *Occupy* também se caracterizavam por seu discurso. A raiz de sua existência paira na “indignação que evolui para um sentimento de esperança e resistência” (CASTELLS, 2012, p. 143), que foi difundido nos dois campos de atuação do movimento: físico (através dos acampamentos e assembleias gerais) e virtual (através das redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Tumblr* e plataformas de *livestreaming*). No entanto, devido à fragmentação das demandas pelas localidades, a formulação das reivindicações foi dificultada. Segundo Castells o que ocorreu foi a transmissão de uma mensagem e um conceito (CASTELLS, 2012). Pechanski consegue catalisar a mensagem que os ocupas passaram, dizendo que eles discutiram alternativas para os regimes econômicos e desiguais, utilizando uma espécie de igualitarismo democrático (PECHANSKI, 2012).

Se a indignação tinha como alvo Wall Street, parecia lógico que a demanda de separar dinheiro e política fosse o objetivo unificador do movimento, cada ocupação tinha sua especificidade local e regional. Todos apresentavam suas próprias queixas e definiam os próprios alvos. Houve múltiplas propostas de variada natureza, votadas em assembleias gerais, mas muito pouco esforço para traduzi-las em uma campanha política que fosse além de combater os efeitos das execuções de hipotecas ou os abusos financeiros contra mutuários e consumidores. CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*, p. 144, 2012.

⁵⁰ Fonte: www.newunionism.blogspot.com

A complexidade da estruturação pela composição de diferentes grupos e correntes ainda encontra o impedimento do avanço pela própria natureza do movimento. Para Castells (2012, p. 146) “A possibilidade do avanço pragmático das demandas teria que passar pelo plano político”. Refutando essa possibilidade e mantendo a postura de não fazer exigências, mesmo correndo risco de enfraquecimento e conseqüentemente, seu fim. Castells (2012, p. 146) afirma que mesmo com parte da esquerda indo contra esse posicionamento, ele corresponde a dois princípios fundamentais (que também se aplicam ao caso brasileiro):

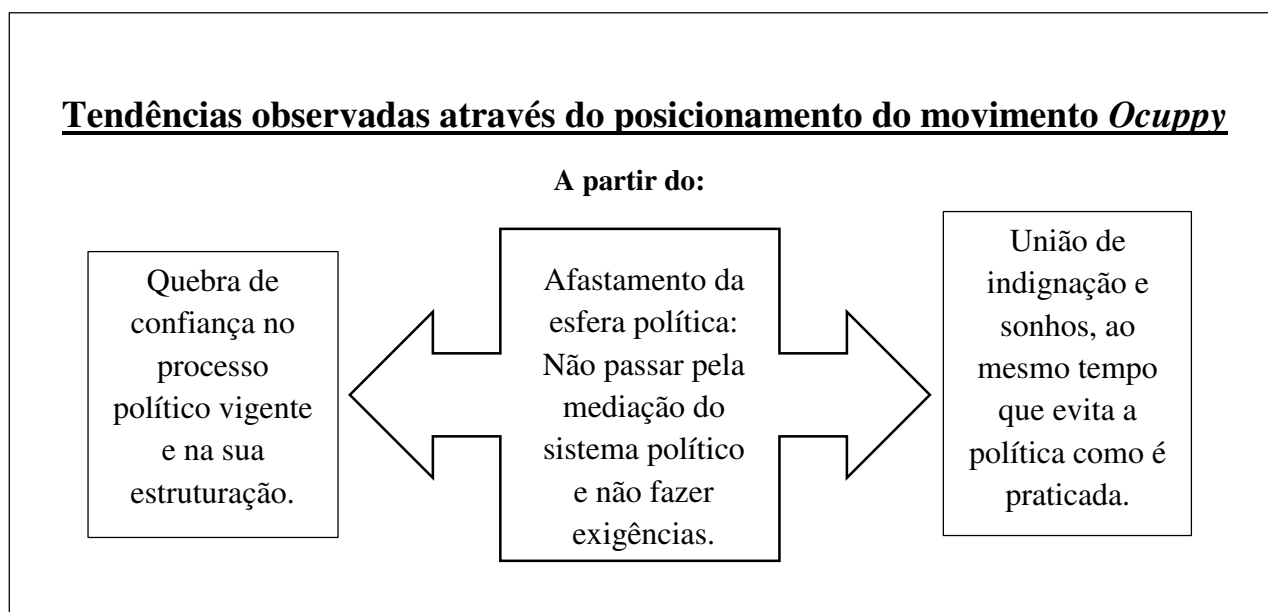


Figura 8⁵¹: Fluxo de tendências.

As tendências observadas por Castells (2012) nós levam a concordar com Harvey (2012, p. 63) quando afirma que “A luta que se criou, o povo contra Wall Street – é crucial para nosso futuro coletivo. A luta é global, mas também local em sua natureza”. A pesar do que foi apontado por Castells (2012) em relação à falta de direcionamento à demandas específicas, a organização do movimento, com suas ocupações e assembleias, foram um exercício em prol da mudança democrática. “Assembleias ineficientes são as curvas de aprendizado da democracia” (CASTELLS, 2012, p. 116).

⁵¹ Figura confeccionada pela autora baseada no livro *Redes de indignação e esperança*, de Manuel Castells.

3.4.3) *Los Indignados*

As manifestações espanholas ocuparam a internet antes de irem rumo ao espaço urbano. Elas tiveram toda sua organização arquitetada pelas redes sociais antes do primeiro ato de ocupação do espaço físico, em 2011. A data escolhida, de 15 de maio ficou conhecida como marco das manifestações, pois um grande número de adeptos se reuniu em praças de várias cidades (como Madrid e Barcelona), essas, foram palco de ocupações e acampamentos. Fazendo referência à data, o movimento primeiramente foi classificado pela sigla 15-M⁵². No entanto, logo foi reconhecido pelo termo *Los Indignados*, devido aos cartazes que convocavam os manifestantes a compartilhar o mesmo sentimento de insatisfação e se juntar à causa:



Figura 9⁵³: Cartaz com a mensagem “Indigne-se”, colocado na Plaza Arriaga em Bilbao

Os *slogans* e frases de efeito foram uma característica do movimento. Essas categorias englobavam a diversidade de propagação do discurso (CASTELLS, 2012), que apontava para reivindicações em relação à emprego e qualidade de vida. Esses setores foram fortemente afetados durante a crise econômica, que atingiu principalmente a camada jovem da população espanhola como exemplifica Castells (2012, p. 101) “54% do grupo etário entre 18 e 34 anos ainda vivia com os pais em função da falta de moradia

⁵²“A maioria dos participantes fala simplesmente “Movimento”. O nome mais usado por eles é “15-M”. [...] “Indignados” é o termo mais frequentemente empregados na Espanha e no mundo todo para designar o movimento espanhol” (CASTELLS, 2012, p.239)

⁵³ Fonte: <https://www.dawn.com/news/630488>. A autoria da foto: Reuters

e trabalho”. É importante frisar a importância do movimento em correlação com a construção de uma solução não apenas pautada em ideais de negação⁵⁴ ou reivindicações por falta de políticas básicas universais (como saúde e educação), mas em uma alternativa de meio de vida.

A busca de um significado para a vida explica por que a maioria da população de Barcelona preferia trabalhar menos, mesmo que isso significasse ganhar proporcionalmente menos. O movimento estendeu os valores presentes nesse projeto de economia alternativa à formação de um projeto político igualmente alternativo. Em ambos os casos, a construção da autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhadas são as motivações principais. (CASTELLS, 2012, p. 101)

A autonomia se estabelece por meio da sobreposição do valor de uso da vida em oposição ao valor comercial. Baseada em um modo de vida em que existe “autoprodução, cooperativismo, redes de troca, moeda social, ética bancária e redes de solidariedade recíproca” (Castells, 2012, p.101). Essa alternativa é resultado da busca pela liberdade de vida e econômica, impulsionada rejeição das formas vigentes de produção e gestão. A esperança depositada nessa possibilidade, é visível nos discursos dos participantes: “uma amostra dos slogans populares expressa esse sonho de liberdade e democracia nas palavras do próprio movimento “Outra política é possível”, “Pessoas unidas funcionam sem partido” [...]” (Castells, p. 101). A reinvenção é pauta constante do movimento. Os modos de construí-la consistem na participação das assembleias, onde as tomadas de decisão são feitas em conjunto e não existe liderança representativa. A representação é feita individualmente baseada na identificação no propósito abordado na pauta em questão. O movimento trouxe para o espaço físico “a mesma horizontalidade que existe nas redes sociais [...]” (Castells, p.102). Por tal motivo, o autor também o classifica como rizomático⁵⁵ (CASTELLS, 2012). Não ter um rosto relacionado ao movimento ressignifica a representatividade, colocando o propósito como ponto focal, trazendo a sensação de universalidade e inclusão. Abaixo observamos a tabela traduzida por Castells (2012, p.100), onde conseguiremos perceber como a terminologia no movimento sustenta a atmosfera de mudança de discurso.

⁵⁴ Também existiam demandas baseadas em uma negação do sistema, mas elas transcendiam a dicotomia contra e a favor, e iam em direções de uma alternativa.

⁵⁵ Faz referência aos rizomas, modelo arbóreo de crescimento onde se originam diversos ramos. O significado aqui se aplica a sua horizontalidade pela ausência de líderes no movimento.

Implicações e supressões de significados nos termos comuns do discurso do movimento dos Indignados

Termos	Implica	Suprime
Comum	Autoadministração da comunidade, espaço compartilhado	Propriedade restrita, dicotomia público privado, apropriação do poder por poucos
Consenso por assembleia	Decisões resultam da interação de diferentes propostas, do respeito a todas as ideias, de um processo não linear de tomada de decisão, não do voto, mas da síntese, do resultado qualitativamente superior do processo de tomada de decisão.	Oposição consenso/dissenso, proposições mediocres, tomada de decisão linear, resultado inferior às qualidades das propostas originais debatidas.
Qualquer um	Singularidade, cidadãos anônimos.	Todos, totalidade.
Sem futuro	Agora mesmo.	Realização adiada, separação entre meios e objetivos.
Sem chefes	Autorregulação, rede distribuída, pleno envolvimento de todos (tal como na interação pela internet), anonimato, alternância de responsabilidades.	Atribuição de papéis sociais rígidos, predefinição de temas, comando e submissão.
Não representação	Participação, democracia direta, políticas de expressão.	Delegação.
Não violência	Legitimidade, exemplaridade, verdadeira autodefesa, campo de força intangível pela deslegitimação da violência dos outros.	Eficácia da violência, tirania da testosterona.
Respeito	Reciprocidade, dignidade, autolimitação, verdadeira cidadania.	Segurança, inimigo.
	Riqueza não é monetária, desconexão do sistema	Economia de escassez, tirania financeira, austeridade

Sem dinheiro	financeiro, moedas locais, descomodificação.	inevitável, jogos de soma zero.
Sem medo	Juntos nós conseguimos, você não está sozinho, a crise pode ser superada (como na Islândia), criatividade.	Fatalidade, paralisia.
Lentidão	Coevolução, processo de maturação gradual.	“Vida rápida”, subordinação da vida ao ritmo do capital.

Tabela 3⁵⁶: *Implicações e supressões dos significados. Fonte: Castells (2012) p.100.*

Todo o processo do movimento foi pautado por um elemento unificador: calcar uma alternativa por meio de novas formas democráticas. A reflexão sobre o momento e seu encadeamento, são um exercício da liberdade política. Castells (2012) afirma que o *Los Indignados* foi um movimento político que atingiu o sistema político. De natureza apartidária, a sua interação com os partidos se de maneira que, alguns cogitaram absorver suas demandas, e outros trataram o movimento com intimidação⁵⁷. Após mobilizar milhares de pessoas, Castells (2012) aponta que em dezembro de 2011, movimento foi perdendo sua força, corroborado pelo fato de que suas demandas não conseguiram ser concretizadas: “Uma série de ações contra despejo ou denunciando abusos institucionais obteve simpatia da opinião pública, mas não conseguiu afetar a fria determinação dos provedores de empréstimos [...] nem a aplicação burocrática da lei e da ordem pelas autoridades” (Castells, 2012, p.113). Essa conjuntura ainda é composta pela fragmentação que permeou a empreitada alternativa. Constatada e reafirmada pelo depoimento que explica os motivadores da greve dos membros da comissão do setor internacional da Acampada Sol de Madri, conforme traduziu Castells (2012, p. 112).

O 15-M está perdendo participação, percebemos isso nas manifestações, nas assembleias, nos bairros, nas atividades, na internet.... É hora de pararmos e formularmos para nós mesmos algumas perguntas sérias... Teríamos nos esquecido de ouvir um ao outro? Estaríamos reproduzindo as antigas formas de ativismo que se mostraram inúteis por excluírem tantas pessoas?...O sucesso do movimento depende de sermos novamente os 99%.... Vivemos um momento histórico singular, em que é possível mudarmos o mundo – e

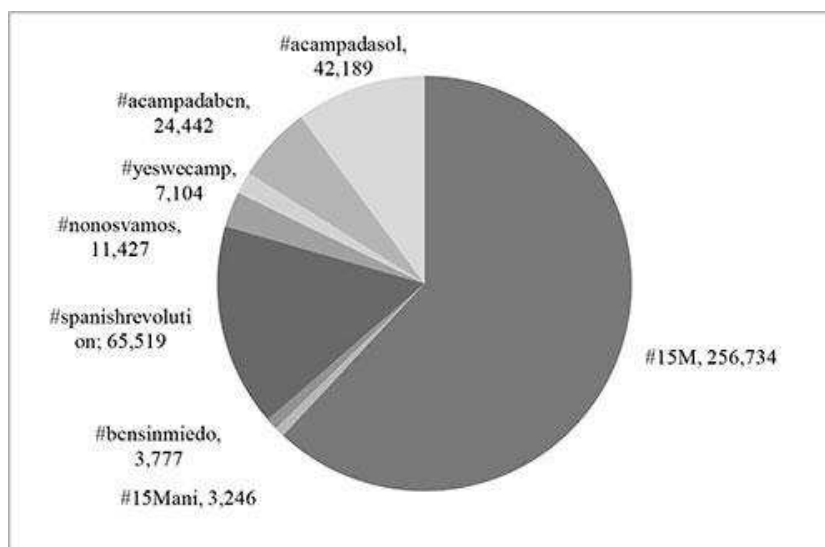
⁵⁶ Fonte: Retirada de CASTELLS, Manuel. “Redes de Indignação e esperança”, 2012, p. 100. Traduzida de SERRANO, Eduardo. “El poder de las palabras: glossário de términos del 15M”, 2011, [on-line].

⁵⁷ Chegaram a ser rotulados como “mistura de revolucionários radicais, anarquistas violentos e asseclas ingênuos” (CASTELLS, 2012 p. 110)

não podemos perdê-lo.... Esperamos ser capazes de sair de nossas assembleias para nos juntarmos novamente com os outros, sem as restrições de nossas comissões e grupos de trabalho, para respirarmos novamente ar fresco e construirmos um caminho comum. Um caminho que possa permitir-nos recuperar a força que tivemos e sacudir os lá de cima. (CASTELLS, 2012, p.113)⁵⁸.

3.4) Compreendendo os movimentos sociais de 2011 e as manifestações de 2013

A união devido a um propósito semelhante é considerada um fator aglutinador das manifestações sociais. Já no começo dos anos 2000, Scherer-Warren afirmou que a ideia de rede é utilizada pelos movimentos como um conceito que está atrelado à estratégia de ação coletiva, de caráter democrático que visa uma nova organização social (SCHERER-WARREN, 1999). As redes de mobilização não são algo exclusivo das diversas manifestações que ocorreram em 2011 em escala global. Para Tognozzi (2013), está sendo criado um ambiente propício para se fazer política através das redes sociais. Castells (2011) atenta para o fato de que os “novos movimentos sociais”, que são alicerçados pelas redes sociais e detêm o poder de romper a barreira do virtual e atingir os espaços físicos na rede urbana, considerando este fenômeno como o “espaço em rede”. O surgimento de novos espaços de discussão política converge com a renovação do discurso político, Castells (2013) aponta que nas redes sociais todos temos voz e as ideias estão livres para transitarem nessa nova rede.



⁵⁸ Traduzido por Manuel Castells do original: www.actasmadrid.tomadaplaza.net/?p=2518

Tabela 4⁵⁹: Número de uso de hashtags relacionadas ao movimento *Los Indignados*.

Tal liberdade não é submetida às restrições por parte de imprensa ou outros agentes, existe potencial emancipatório inerente em cada ator no meio virtual, onde as manifestações não são efetivamente representadas por líderes, mas por ativadores verticalmente posicionados em relação ao ambiente em que atuam (TOGNOZZI, 2013). Concordamos com Tognozzi e Castells, sobre o poder instrumental das redes sociais, sobre tudo na relação organizacional das manifestações e amplamente ao fenômeno que adquiriu força durante as Jornadas de Junho: outras manifestações ao redor do mundo chamaram a atenção devido à similaridade da causa. Muito por parte do potencial transformador das manifestações. Essas outras mobilizações, que não apareceram somente em 2013, agregaram um caráter global em rede, assim como o que era feito na Década de 1990⁶⁰. A diferença principal é que agora esses atores tem uma voz que independente. Segundo Castells (2011), a voz ecoa não somente só nas ruas, mas na internet e nas redes sociais. Através dela, a barreira entre o virtual e o físico fica mais tênue. Portanto, é possível estabelecer conexões com outras mobilizações. Scherer-Warren (2008, p.507) dialoga sobre o caráter contra hegemônico que os movimentos sociais possuem. Através da simetria de objetivos, expressam sua habilidade de trabalhar em consonância com outros movimentos. A união pela exclusão pode ser encarada como uma reivindicação da participação do processo democrático em uma escala global, mesmo que existam peculiaridades específicas. Para Tognozzi “Todo eleitor é um eleitor.com” (TOGNOZZI, 2013), reforçando a importância das redes sociais na nova configuração dos movimentos sociais. O gráfico abaixo demonstra aumento no índice que as ferramentas de busca na internet registraram a pesquisa pela palavra *revolution* (revolução) nos países árabes listados:

⁵⁹ Fonte: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362013000200006.15-M
Na Espanha: Diferenças e Semelhanças nas Práticas Comunicativas com Movimentos Sociais Anteriores.

⁶⁰ Anteriormente, foi dado o exemplo de um movimento social que começou em Seattle e teve representação brasileira.

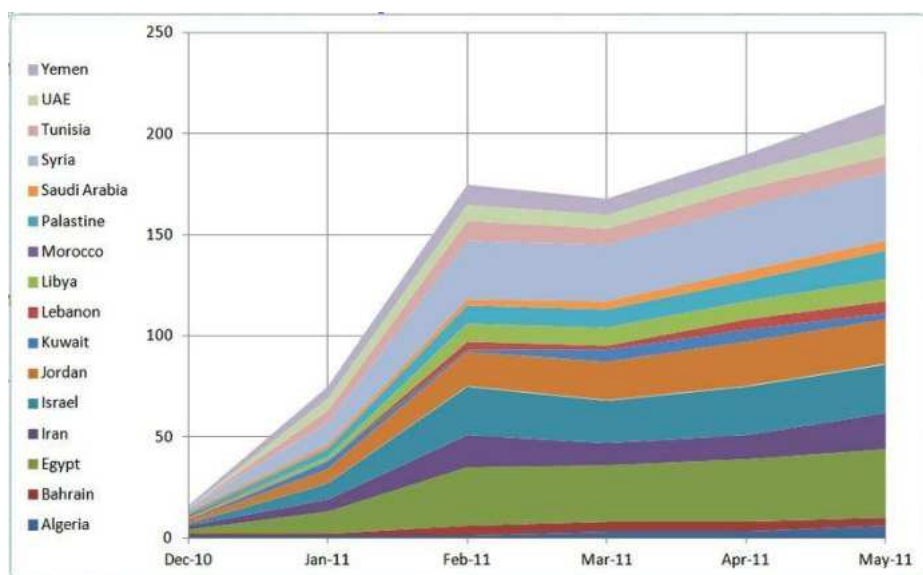


Tabela 5⁶¹: Demonstração do índice pesquisa da palavra “revolution” nos países árabes.

Jaffé (2011) utiliza Tarrow para ressaltar que as políticas de contestação surgem em forma de resposta contra “a alteração de oportunidade e as restrições políticas, com os participantes a responderem a uma grande variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários e assentes num grupo, de longo prazo e episódicos”. (JAFFÉ, 2011 apud TARROW)

Aproveitando estas oportunidades e utilizando repertórios de ação conhecidos, as pessoas com recursos limitados podem agir através da contestação – mesmo que o façam apenas esporadicamente. Quando as suas ações se baseiam em redes sociais densas e em estruturas de ligação, e quando convergem em torno de contextos culturais consensuais e orientados para a ação, conseguem suportar essas ações em conflito com adversários poderosos. Nesses casos – e apenas nesses casos – estamos na presença de um movimento social; quando a contestação se espalha por uma sociedade, como por vezes acontece, assistimos a um ciclo de contestação; e quando esse ciclo se organiza em torno de soberanias múltiplas ou opostas o resultado é a revolução.

Revolução aqui se refere à mudança de cenário, discurso, ferramentas e atores. Para Carneiro (2012) os acontecimentos de 2011 revelaram uma onda de catarse política, onde os protagonistas eram os jovens, que sentiram esse processo como um despertar coletivo propagado por uma nova difusão nas redes sociais. É interessante pensar que as redes sociais assumiram um papel convocatório. Além de informar, a livre passagem de informações não é filtrada

⁶¹ Fonte: <https://wiki.digitalmethods.net/Dmi/MemoryMining>

pela imprensa institucionalizada, conseguindo provocar efeito reflexivo através do gatilho emocional por parte dos que participam das redes.

Os novos movimentos em rede trazem consigo uma gama de similaridades. Sobre elas Castells, relata que “em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisão” (CASTELLS, ,2012 p.7). Concluimos também que, a catarse política descrita por Carnerio (2012) é uma das consequências do que Sader chamou de “O cenário geral que englobou todo ano de 2011 foi o novo ciclo da crise geral do capitalismo, iniciado em 2008” (SADER, 2012, p.83). Sobre os fatores unificadores, analisaremos a imagem abaixo que demonstra a relação entre os movimentos supranacionais de 2011 e as manifestações de junho de 2013.

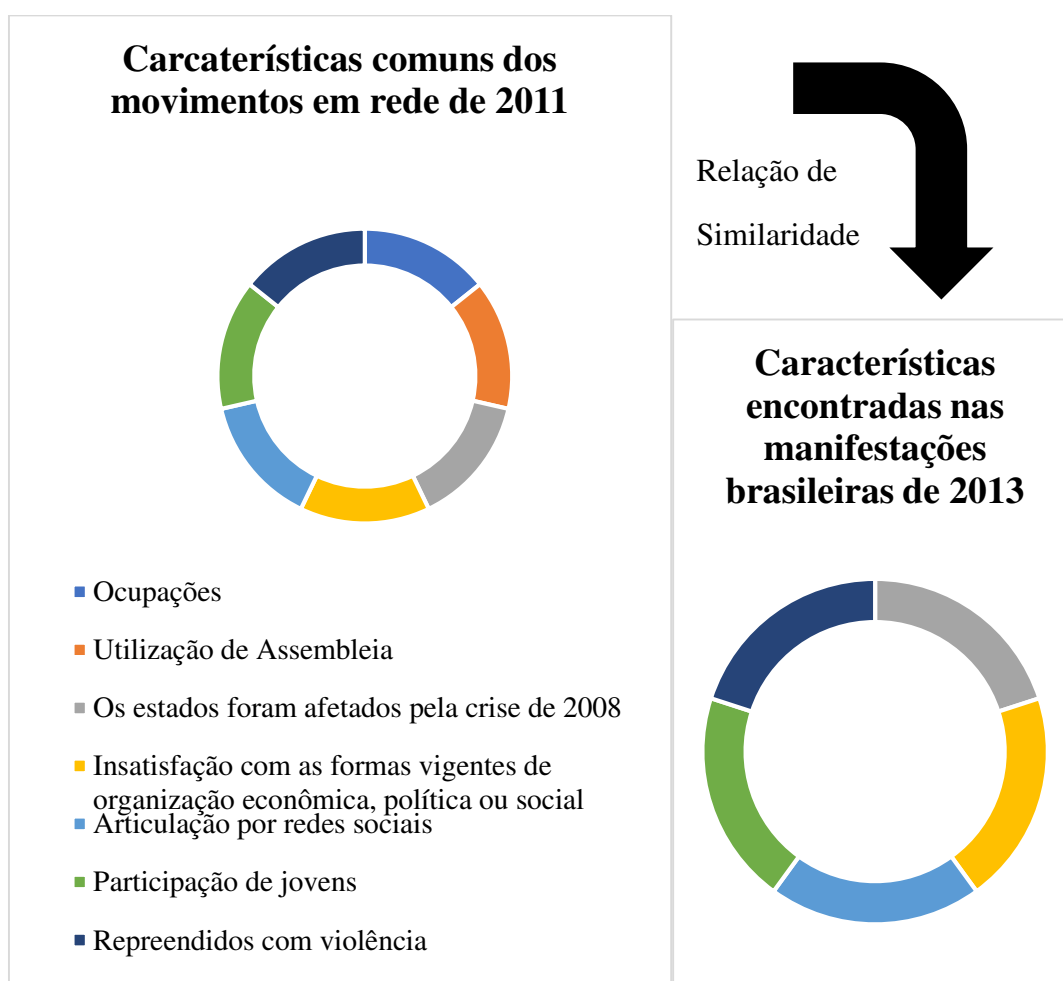


Figura 10⁶²: *Movimentos em rede 2011 e Manifestações de Junho de 2013 e suas características.*

Percebemos que no caso brasileiro, por se tratar de uma série de manifestações, algumas características como a utilização de assembleias não foram replicadas. No entanto, a essência da resignificação do discurso, como ocorreu nos acontecimentos de 2011, é a mesma. Castells (2012), em seu posfácio da edição brasileira de *Redes de indignação e esperança*, faz uma relação entre os movimentos em rede de 2011 e as Jornadas de Junho:

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento dos preços dos transportes se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando num projeto de esperança para uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. (CASTELLS, 2012 p.178)

O grito de indignação descrito por Castells, acompanhado pelo já relatado sentimento de insatisfação, faz com que novas formas de representatividade política sejam apresentadas, mesmo que seja em um momento posterior às manifestações. Tal busca por alternativas políticas nos faz refletir sobre o processo de escolha ao mesmo tempo que o desencantamento ocorre. As relações entre identificação, representatividade, busca de transformação por meios democráticos e como essas categorias conversam com o objeto, serão temas do próximo capítulo.

⁶² Figura confeccionada pela autora com base no capítulo 2.

4) Representatividade: Democracia e gramática política

Para este último capítulo busca-se analisar alguns aspectos das mobilizações e manifestações sociais a partir de 2013, tanto as organizadas e conduzidas por grupos específicos como as não vinculadas a grupo algum. Começaremos traçando um panorama sobre o período, seguindo por uma sucinta digressão sobre as manifestações sociais no Brasil, que desde dos anos de 1970 vem assumindo uma forte tendência na sociedade brasileira, como foram o movimento pela Anistia, as Diretas Já entre outros. Como base teórica, utilizaremos Gohn e Soares Do Bem, ressaltando alguns aspectos sociais e como os movimentos e as manifestações se fizeram presente até o período do recorte dessa pesquisa. Ou seja, o objetivo deste capítulo se divide em dois momentos, são eles: 1) apontar características sociais e pontuar como a participação popular se comportou nos processos de representação democrática, traçando o panorama a partir da década de 1960, englobando também uma seção corresponde aos movimentos sociais. 2) Analisar a representação e como se estabeleceu a gramática política⁶³ por parte das manifestações nos períodos anteriores.



Figura 5⁶⁴: Manifestantes das Diretas Já.

⁶³ Entendemos como gramática política a maneira com a qual o discurso político é construído, em relação à abordagem e aos tópicos discutidos.

⁶⁴ Fonte:

4.1) Movimentos e manifestações brasileiras: O discursos e atores em campo na segunda metade do séc. XX.

O objetivo aqui é apresentar uma contextualização, como maneira de fazer o recorte em um amplo processo político. Além de permitir trazer argumentos importantes para o desencadeamento do mesmo. Sendo assim, o conjunto de argumentos que serão expostos também contribuíram para o desenvolvimento dos capítulos anteriores. Através da análise do discurso político, observou-se um processo que veio a se estruturar na busca pela representatividade, a partir, da suposição, a priori, de um desencanto que certas camadas da população brasileira passaram a expressar sobre o sistema político e com a política como um todo. Busca-se apresentar os seus motivadores, como atores neste processo de desencanto e suas consequências.

O desencanto com o sistema político não é um fenômeno novo em nosso país, marcado por um distanciamento entre as instâncias decisórias do governo e grande parte da população, principalmente a população pobre; as decisões políticas tomadas verticalmente favorecendo interesses de uma elite; má gestão do dinheiro público, ocasionando os inúmeros processos de corrupção e de desvio de verbas públicas, marcam a nossa história republicana e o processo de construção de um estado democrático, tão bem analisados por Werneck Viana(1997) e Francisco de Oliveira(2007)⁶⁵.

Entretanto, no que tange ao desencanto, observamos que a partir dos eventos políticos de 2013 houve uma intensificação do discurso frisando a sensação de desencanto pela política e pelos políticos como narrativa nas manifestações e discursos políticos. Esse cenário consegue se reverberar principalmente na esfera da representatividade. Para Lavalle (2006), é possível considerar esse cenário como uma crise de representatividade, nos termos de Oliveira (2007), em uma outra fase de indeterminação.

⁶⁵ Ambos os autores analisam o processo de construção do estado e do sistema político brasileiro a partir da construção do Estado Novo em 1937. Para Viana em seu livro “A revolução passiva” a construção da ordem republicana no Brasil se deu a partir de uma “revolução sem revolução” ou revolução passiva, no sentido gramsciano; Para Oliveira, a história republicana, principalmente a partir da instalação do Regime Militar, se move e se constitui por “momentos de indeterminações”, que impossibilitam um projeto de nação e de estado no longo prazo.

Apontaremos as novas tendências de representação, fazendo uma análise discursiva. A maneira com a qual se apresentam e se afirmam esses discursos, bem como, os possíveis resultados dessa dinâmica. Como já dito, em termos de cronológicos, o período ao qual delimitamos como recorte analítico se inicia a partir das Jornadas de Junho de 2013⁶⁶ até 2015. Ou seja, a análise parte de um cenário que é considerado como um período de “crise”, tanto econômica, como social e política.

Num ambiente em que parecia não haver no horizonte indícios de crise ou desgoverno, em que a economia dava sinais de que ia bem e aumentava o poder de consumo das massas, graças ao crédito facilitado e à oferta maciça de produtos sedutores, a atividade política acentuou seu componente subsidiário. Ela aparecia aos olhos da sociedade como “mal necessário”, algo que poderia ser dispensado ou reduzido à mera gestão de coisas, a manutenção em funcionamento dos sistemas com os quais se organiza a vida. Tudo isso começou a ir pelos ares a partir do final de 2012, quando as primeiras mordidas de mal-estar se fizeram sentir. A explosão se completou em junho de 2013. Antes, problemas e dificuldades estavam presentes, se repunham sem cessar, atravancando o cotidiano. A sociedade manifestava sua insatisfação e suas contradições de diferentes maneiras, mas sua voz não assumia forma política. A desorganização do mundo do trabalho, ao desarticular grupos e classes, arrastou consigo partidos e sindicatos. A política ficou sem forças, a representação passou a levitar, como se lhe faltassem raízes e apoios. (NOGUEIRA, 2013, p.155)

Acima, Nogueira retrata o papel da política como pano de fundo, enquanto o cenário econômico e social se mostravam estáveis. Para o autor, a política é aceita no ambiente social como mecanismo de gestão, e não necessariamente de mudança, ela passa a ser tolerável na medida em que existe êxito em seu funcionamento. Quando o pacto entre as propostas políticas e as demandas sociais se rompe, há inevitavelmente manifestações de insatisfação de parte da população com os governantes. O que foi possível, num primeiro momento perceber com as Jornadas de Junho de 2013. A partir desse período foi possível notar um esgotamento da forma de instrumentalização política descrita por Nogueira. Svensson (2006) aborda o conceito de crise como proporcionadora de mudança, ela dá lugar à oportunidade de se construir uma saída a partir da quebra do

⁶⁶ Para fins dessa pesquisa, começamos com a análise do objeto, e agora fazemos a análise o cenário que fomentou o processo de uma maneira mais ampla.

que foi estabelecido anteriormente, para o autor, existe o processo de *breakdown*: a quebra do que existia.

Com a crise, o conceito do que é política pode sofrer uma mudança, onde o processo para que ela aconteça desencadeia a produção de reflexão dos mecanismos sociais, que possibilita a ampliação no que diz respeito à representatividade e identificação. Em meio às possíveis soluções, surgem as alternativas para a falta de representatividade e o desencanto com a política, que podem vir a se manifestar através da utilização da representatividade inerente não somente nas propostas econômicas, mas em um discurso permeado por questões morais.

A partir de 2013 e principalmente em 2015, um conjunto de atores sociais passaram a ocupar a cena pública com narrativas que condenavam a forma de se fazer política no país. Mais ainda, passaram a condenar a própria política, com o discurso “eu não sou político, eu não vim da política”⁶⁷. A aceitação ao modelo até então utilizado para fazer política e a questão da representatividade política foram colocadas em dúvida. No entanto, isso não significava negação da esfera política como um todo. Ou seja, os atores que se colocavam como contra o funcionamento vigente, não tinham como proposta uma outra forma de se fazer política no que tange às escolhas para o legislativo e para o executivo. O que nos permite observar que esta pode ser uma outra maneira de representação calcada em uma representatividade pautada pela negação e por meio da oposição. O afastamento das esferas política e do político como caminho para diferentes desdobramentos econômicos e sociais. Uma agenda que apontava para o esgotamento de uma forma de se fazer política de representatividade com os atores políticos clássicos, como: sindicatos, associações de moradores, partidos políticos etc... Além disso, uma agenda desconectada desses lugares clássicos do enunciado político.

Mesmo não sendo junho de 2013 o início do processo que gerou a crise de representatividade política no país, foi a partir das Jornadas de Junho que se inicia uma narrativa da recusa do discurso político vigente como saída para a crise. Ou seja, levar em conta que uma das alternativas para a crise política está em meios que parecem se afastar do que é considerado político, mas, no entanto, fazem parte do próprio processo

⁶⁷ Frases comuns no decorrer das manifestações que tomaram o país a partir de 2013.

político. Se propõem novas configurações quanto aos tipos de representantes, se utilizando dos mesmos mecanismos.

Há de se destacar que as mudanças pensadas nesta dissertação como alterações de narrativas se deu fortemente, como já colocando acima, a partir de junho de 2013 e reverberando em 2015. É nesse período que atores sociais tem destaque como articuladores dessas narrativas, incluindo apartidárias, ligadas ao conservadorismo e com valores religiosos. Nesse processo, daremos destaque aos movimentos sociais e as suas implicações.

4.2) Movimentos Sociais: ações e manifestações

Como salientado, busca-se agora traçar um panorama dos conceitos que norteiam as classificações do que são os movimentos sociais, bem como apresentar suas características e peculiaridades. Segundo Souza: “Todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo” (SOUZA, 2009, p.10). O que divide e especifica essas categorias: ativismo, movimento social e ação coletiva, é maneira com a qual interagem. Sendo assim, Souza considera que “movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um conjunto de ação coletiva” (SOUZA, 2009, p.10). Aqui analisamos as diferentes pautas e formas de discurso desses atores, de acordo com o contexto histórico e suas narrativas.

4.2.1) Sobre movimentos sociais e discurso

Movimentos sociais contem características diferentes que estão sujeitas a conjuntura em qual se apresentam socialmente. Considerando essas variações, concordamos com Gohn e utilizamos o conceito que “Os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 364 cf. GOHN, 2008). Ações essas que podem se expressar através de dois tipos de pressão: a direta, feito por meio de passeatas e manifestações (GOHN, 2011), também podendo se manifestar por pressão indireta, não apresentando necessariamente a abordagem de presença física

como método⁶⁸. Portanto, os movimentos conseguem exteriorizar suas reivindicações atuando diretamente na construção da inserção de suas demandas na sociedade civil.

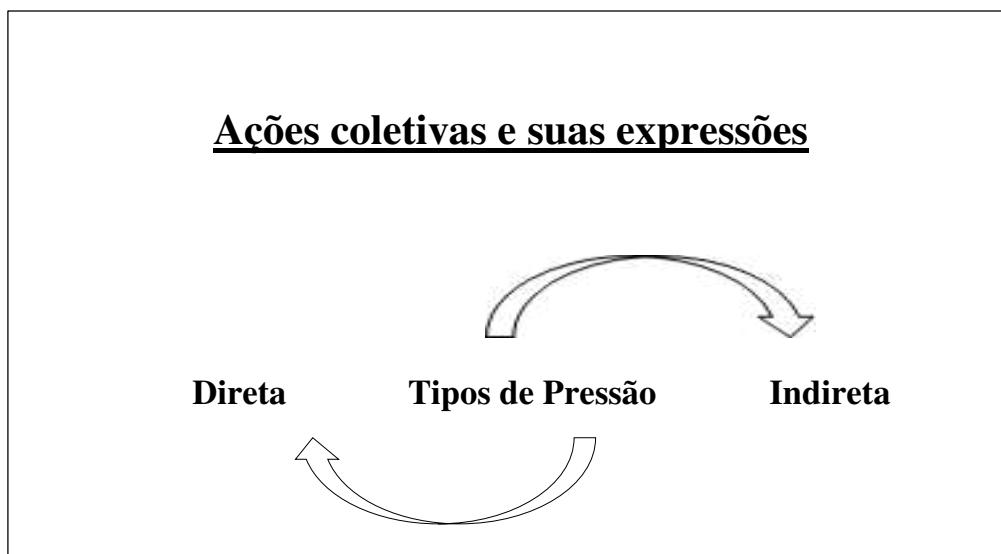


Figura 6⁹: Ações coletivas e tipos de pressão.

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazereres propositivos”. (GOHN, 2011, p. 336)

Segundo Gohn, o sociólogo Alan Touraine consegue capturar a essência dos movimentos sociais. O autor os classifica como órgão central não só para o funcionamento mas para a sobrevivência da sociedade, o que implica que as mudanças propostas pelos movimentos, através de suas ações “que agem como forma de resistência” (GOHN, 2011, p.336), são direcionadas para que demandas sejam alcançadas. O processo

⁶⁸ Consideramos as redes sociais como detentora de alguns aspectos da classificação pressão indireta, como o fato de não necessitar de presença física.

⁶⁹ Tabela elaborada pela autora, com base nas citações de Gohn (2011).

de exposição das demandas tem impacto direto na visibilidade do movimento através do conhecimento de suas motivações. Na passagem acima, Gohn (2011) faz uma referência a temporalidade dos movimentos. Apesar de novos movimentos aparecerem na sociedade brasileira, os movimentos sociais em si não são uma novidade no Brasil, eles não começaram⁷⁰ em Junho de 2013 e recomeçaram em março de 2015⁷¹.



Figura 7⁷² : Manifestação Operária na década de XX.

Eles existem desde dos primeiros movimentos sociais operários nos primeiros anos da instalação da república, década de 1920 especificamente. A partir de então ocorreu uma diversificação e os movimentos sociais urbanos apresentaram um crescimento significativo, principalmente a partir dos anos 1970⁷³. No entanto, Gohn (2011) relata que a maneira de organização que se diferencia. O método de organização, que nesse trabalho se exemplifica pelos casos de articulação dos movimentos por intermédio das redes sociais⁷⁴, é que faz essa diferenciação e ratificam a contemporaneidade dos movimentos.

⁷⁰ Refere-se ao período analisado no presente trabalho. O artigo do qual a passagem foi retirada é anterior a 2013.

⁷¹ O período será estudado no decorrer do trabalho, neste ponto ele serve apenas para fins explicativos em relação à temporalidade.

⁷² Fonte: <http://e-historiadores.blogspot.com/2011/05/p-margin-bottom-0.html>

⁷³ Será designado um tópico no último capítulo, que irá relatar a história dos movimentos sociais brasileiros na segunda metade do séc. XX.

⁷⁴ Por se tratar de uma categoria densa e de extrema relevância para o trabalho em questão, este será tratado mais à frente, onde receberá o destaque necessário.

Chegamos ao ponto que podemos considerar como sendo de suma importância para a análise dos movimentos: a questão do diálogo com o que é atual para o corpo social. Pois justamente a ferramenta construída pela atualidade, ajuda a diagnosticar os anseios da própria sociedade e formular saídas. Gohn (2011) afirma que os movimentos fazem uma espécie de diagnóstico sobre a realidade social. A forma como essa leitura é feita pelos movimentos, bem como a sua organização e os métodos utilizados por eles, acarretam uma ideia de poder social, fazendo ser possível pensar que as articulações dos movimentos podem vir a promover mudanças de fato, como explica Gohn (2011):

Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). (GOHN, 2011, p. 336)

Melucci (1996 apud Gohn 2011) traz a questão da identidade para a discussão. Segundo o autor, a identidade tem a possibilidade de dar forma aos movimentos. Observamos aqui como o aspecto da identidade⁷⁵ é abordada na dissertação: ela adquire característica de conector entre os grupos. Melucci (1996 apud Gohn 2011) aponta que a formação da identidade é através do próprio movimento, e o resultado é a união dos atores através da identificação. Entende-se esse mecanismo como uma característica inerente aos movimentos sociais. Podemos considerar que nos movimentos sociais urbanos no Brasil a temática da identidade esteve atrelada ao processo de redemocratização, que alavancou para a discussão social, novas identidades, direitos humanos e direitos à representatividade. Traçando uma linha temporal, que parte dos anos 1970 e 1980, chegando à atualidade, conseguimos observar que utilizando os conceitos de Gohn (2010) e Melucci (1996) os movimentos sociais podem vir a ser constituídos pelas seguintes características:

⁷⁵ Não confundir identidade com representatividade. No decorrer da dissertação analisaremos as duas categorias e suas diferenciações.

Exposição das Características Presentes na Composição dos Movimentos Sociais



Figura 176: Características dos Movimentos Sociais.

A - Constroem identidade.

.B - Trabalham com a ideia de oposição⁷⁷ (fundamentada pela construção de identidade).

C - Fundamentam-se em um projeto da sociedade.

D - Utilizam o contexto social como fonte de suas reivindicações.

E - Suas ações coletivas são formas de afirmação e expressão.

Se faz importante contextualizar a dinâmica das nuances dos movimentos sociais no Brasil, para podermos compreender como foi a aplicação dessa organização interna no cenário correspondente à realidade de construção de uma democracia. A trajetória que começa homogênea em relação às categorias descritas acima, começa a apontar princípios de unicidade em relação ao começo dos anos 1990 até os movimentos de hoje.

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no fim da década de 1970 e parte dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação. No fim dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, o cenário sociopolítico transformou-se de maneira radical. Inicialmente, houve declínio das manifestações de rua, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise, porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: os regimes militares. Em realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988. A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e

⁷⁶ Confeccionado pela autora com base na literatura utilizada nesse tópico.

⁷⁷ Para fins dessa pesquisa, utilizaremos Laclau para nos aprofundarmos na temática de representação e oposição no decorrer da dissertação.

objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc (GOHN, 2011)

Pode-se perceber a relação das ações dos movimentos sociais com a conquista de direitos sociais, e mais que isso, a concretização por meio da inclusão na Constituição Federal de 1988 de algumas dessas demandas oriundas dos movimentos sociais pré-1988⁷⁸. Isso possibilita afirmar, segundo Gohn (2007) a capacidade que os movimentos sociais têm para a transformação da sociedade. Percebe-se também a capacidade de transformação e criação dos movimentos sociais em decorrência das transformações políticas, sociais e economias. No período pré-1988, grande parte dos movimentos sociais se identificavam e se mobilizavam contra o Regime Ditatorial no país, cuja a demanda principal era o fim do regime e liberdade política e de expressão.

Após a redemocratização com a instauração da Constituição de 1988 e as eleições livres para presidência da República, 1989, inicia-se uma transformação no cenário político não só brasileiro, mas mundial. A globalização dos mercados internacionais e a implantação de uma política econômica de cunho neoliberal⁷⁹ Isso, acabou por desencadear uma série de protestos e mobilizações antiglobalização no mundo, inclusive na América do Sul. A mudança de cenário suscitou em novas demandas, novas ações e novas maneiras de organização dos movimentos. A criação dos Fóruns (como o de Luta pela Moradia e o da Participação Popular) proporcionou a abertura do diálogo com a sociedade civil como um todo, bem como uma dimensão da amplitude e do poder inerente aos movimentos sociais. Assim sendo, observa-se dois exemplos concretos de possibilidade de mudanças ocasionada pelos movimentos sociais, em dois momentos diferentes da história do Brasil, com formas de governo diferentes e com contextos sociais diferentes:

⁷⁸ Algumas dessas demandas permeiam o âmbito dos direitos civis, que foram incluídas na constituição. Adentraremos no tópico no terceiro capítulo, onde será feita uma análise dos movimentos sociais brasileiros a partir da segunda metade do séc. XX.

Período	Meado e Final dos anos 1980	Meados dos 1990
Tipo de Governo	Regime Ditatorial Militar (Chegou ao final 1987)	Presidencialismo
Fator de Relevância/Mudança no Cenário	Nova Constituição de 1988	Globalização
Tipo de Ação por parte dos Movimentos	Pressão organizada	Fóruns de Participação
Resultados	Inclusão de demandas na nova constituição	Parceria com a sociedade civil e Governo

Tabela 6⁸⁰: Movimentos sociais em 1980 e 1990.

Observaremos os movimentos sociais no processo de redemocratização brasileiro, a partir da segunda metade do século XX. O recorte é interessante pois na primeira parte da análise, ele acontece em um contexto de ditadura militar, onde foram suprimidos os movimentos sociais que existiram até 1964. O período marca a nova articulação popular, que se organizava com cautela e temor às restrições do regime, mas que conseguiu estabelecer o que Do Bem (2006) caracterizou como “movimentos de base”, constituídos por grupos como associações sindicais, de moradores e culturais, e pastorais, principalmente nas periferias. Afirmando que “uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentavam-se na confiança direta entre os membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas.” (Brant, 1983, p. 13 apud Do Bem, 2006). Consideramos essas pequenas articulações como alicerce que fora alimentado pelo descontentamento do grau de conservadorismo e repressão. Unido por um artifício comum, o que GOHN (1995) chama de resistência. A contra resposta do governo veio por meio de mecanismos que conseguissem frear a

⁸⁰ Tabela elaborada pela autora com base no artigo de GOHN, 2011

ebulição dos grupos, como o AI5⁸¹ e o Decreto n.477, que impedia que os estudantes fizessem as suas manifestações (DO BEM, 2005). Assim como foi relatado em relação aos movimentos em rede do séc. XXI, a repressão policial durante as manifestações, culmina em confrontos armados.

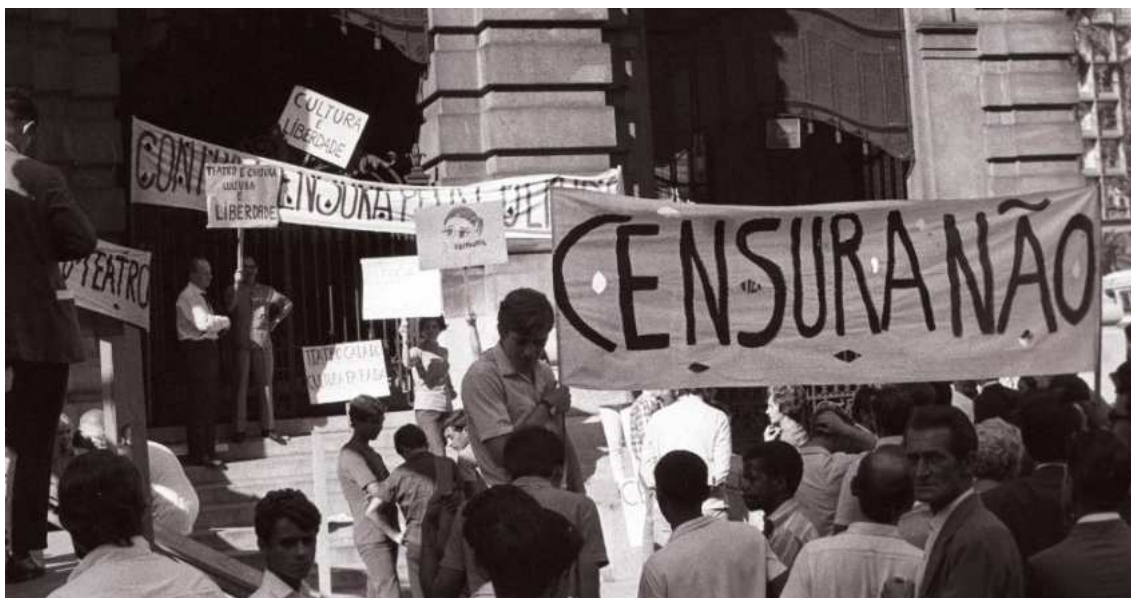


Figura 8⁸²: Manifestações durante o período de ditadura militar

Com mais de uma década de ditadura militar, compreendemos que a forma de modelo de industrialização contribuiu o desamparo e desequilíbrio das políticas trabalhistas e sociais, contribuíram para que os grupos resistentes aparecessem nos anos 1970 (DO BEM, 2006). Observamos que o foco e insistência em determinadas políticas econômicas, se transforma em um dos fatores de insatisfação, até mesmo de camadas da população que antes eram favoráveis ao *modus operandi* do governo. Com o advento da crise econômica inerente ao sistema capitalista, toda a propaganda envolta do “milagre econômico” culminou em um potencializador do sentimento de insatisfação e quebra do relacionamento de representatividade. Aconteceu o que Do Bem descreveu como “uma perda de legitimidade do regime entre amplos setores sociais” (DO BEM, 2006, p.1). Observamos que as manifestações e mobilizações tomam forma justamente em um

⁸¹ O Ato institucional número 5, foi um dos mais de 17 decretos instaurados pelo governo militar no período ditatorial. Através do AI-5 foi possível regulamentar a censura, a suspensão os direitos políticos, entre outras práticas contrárias ao processo democrático.

⁸² Fonte: <https://educacao.uol.com.br/album/2014/02/17/1968-protestos-contra-a-ditadura-militar-movimentam-as-ruas-do-pais.htm?mode=list>.

cenário de deslegitimidade e insuficiência que o governo apresenta para cumprir as demandas.

Uma grande frente popular mobilizou-se em torno do emergente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criando as bases para uma rearticulação da Sociedade Civil, que passou a reencaminhar, por meio dos vários canais de expressão reconstruídos, projetos de mudança social para o país (Gohn, 1995, p. 111). Em 1975 iniciou-se, com o apoio de várias organizações internacionais, um amplo movimento pela anistia, seguido pela retomada do movimento sindical, em 1976, e pela nova força adquirida pelo Movimento Estudantil, a partir de 1977. Na esteira deste movimento pela redemocratização do país, surgiram novos movimentos sociais, como o Movimento Feminista, iniciado em 1975, que refletiam dinâmicas desencadeadas numa perspectiva internacional. O questionamento do modo universalista de organização da classe trabalhadora levou à realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, no ano de 1978, em São Bernardo do Campo, abrindo o caminho para uma revisão das estratégias de luta da classe trabalhadora em vários campos e forçando a incorporação de particularidades de gênero, "raça", cultura etc. na formatação do ideário das lutas. (BEM,2006, p.1)



Figura 9⁸³: Encontro nacional mulher e constituinte.

Grupos como mulheres, negros, indígenas e homossexuais observaram o início da representação política e ativismos socioculturais impulsionaram cada vez mais

⁸³ Fonte: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>

as classes subordinadas a terem uma visão de mundo pelo seu próprio prisma e não através do olhar dos governantes que não se encaixavam representativamente (BURKE, 2002 apud SERPA, 2009). O protagonismo mediante suas reivindicações iniciou o processo de rompimento da invisibilidade governamental em relação as demandas. Gohn (2017 p. 57) aponta que ocorreu uma ampliação no campo dos protestos, novos atores, trazendo novas formas de ações não institucionalizadas. Iniciou-se a conquista de espaço para que esses novos atores trouxessem novas demandas em relação à sua luta cultural e indenitária e os grupos já existentes continuaram a desenvolver suas ações, agregando consistência dos já estabelecidos movimentos ao frescor dos novos atores. Os movimentos sociais foram potencializados também por uma realidade que acentuava o processo de descrença e escassez das instituições governamentais. Reforçando a importância da dinâmica conjuntural no desenvolvimento das ações sociais.



Figura 10⁸⁴: Passeata de 1964 do movimento negro.

Novas pautas que tratavam de inclusão e que até então não eram consideradas relevantes, começaram a ser articuladas. "O pluralismo das tradições organizativas,

⁸⁴ Fonte: <http://piaui.portalbrasilcontemporaneo.com.br/verbete/os-novos-movimentos-sociais-no-piaui/>

oriundas de métodos de trabalho diferenciado, gera necessidade de negociações e de reconhecimento mútuo de suas diferenças no interior da rede” (SCHERER-WARREN, 2008⁸⁵, p. 511). Foi observado que diferentes tópicos trazidos por atores diversos começavam a ser reconhecidos, esses agora eram os novos movimentos sociais. Os pilares dos movimentos sociais observados nos anos 1960 e 1970 se fragmentaram, mas proporcionaram o reconhecimento do que era um movimento, mesmo que com nova estruturação e organizações com novas pautas definidas pela abrangência dos novos atores.

Para Evers, os novos movimentos sociais passaram a refletir um potencial que não diz somente respeito ao poder político como categoria central das ciências sociais, mas a uma contínua renovação de padrões socioculturais e sociopsíquicos que penetram as microestruturas das sociedades (EVERS, 1984 apud SOARES DO BEM, 2006).

A renovação descrita por Evers demonstra a relação entre a importância dos movimentos sociais e as mudanças que esses proporcionam na sociedade. Adicionamos ainda que, independente da frequência da discussão sobre os movimentos sociais, a renovação continua a ser reverberada. Portanto, concordamos com Gohn quando pontua que esses movimentos “não desapareceram, tornaram-se mais fragmentados, menos articulados com sindicatos (...)”(GOHN, 2014, p.1). Ou seja, não ocorreu a extinção dos movimentos, mas sim um direcionamento para outras formas organizacionais. O afastamento da temática dos movimentos sociais da grande mídia, levantou a questão do debate da crise dos movimentos sociais.

Pós o grande debate sobre a crise dos movimentos sociais nos anos 1990 no Brasil, ao final da primeira década deste século foi publicada uma série de artigos e balanços temáticos demonstrando que eles retornaram à cena pública e à pauta de interesse dos pesquisadores. Esses estudos diagnosticaram que antigos movimentos sociais - a exemplo da luta pela moradia ou da luta pela terra - passaram a conviver com novos movimentos, organizados segundo múltiplas identidades - negro, mulher, idoso, jovem/adolescente etc. GOHN, 2014 p.1

⁸⁵ Apud in: SILVA, Maria Lúcia Carvalho da Silva, et al. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. Serv. Soc. Soc. no.109 São Paulo: 2012

Soares Do Bem afirma que “emergência dos novos movimentos sociais dá visibilidade a formas novas de organização dos trabalhadores, às vezes em oposição mesmo às estruturas tradicionais dos partidos políticos e sindicatos” (Idem p.1). Já é possível encontrar o afastamento em relação ao modo tradicional vigente na época, mostrando que os movimentos já poderiam se comportar como uma alternativa para a representatividade.

Com a possibilidade da representação civil em áreas periféricas, a tomada de consciência de que o governo militar ditatorial não correspondia mais com a realidade dos novos grupos, atingiu o nível de esgotamento, impulsionou a busca pela redemocratização. Concluindo que quando ocorre a saturação do discurso político vigente, a solução se encontra em ações democráticas. No fim dos anos 1980, com o êxito das manifestações e do movimento das Diretas Já, reverberado com a aprovação da constituição de 1988, a sociedade civil sentiu fortalecida (SOARES DO BEM, 2006). A reposta democrática popular quando atinge seu resultado, gera a legitimidade na democracia, no caso do começo dos anos 1990, trouxe o sentimento de esperança em um novo sistema democrático. Os movimentos sociais dos anos 90 ainda detinham os resquícios da lógica de mercado aplicada no período ditatorial militar, salientando a dicotomia centro e periferia.

Com efeito, a crescente exclusão social, produzida pela introdução das políticas neoliberais (Soares do Bem, 2003), acabou forçando a Sociedade Civil organizada à busca de soluções compartilhadas. Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal. Marcam, dessa forma, ainda que embrionariamente, a transição de um modelo meramente representativo de democracia para um modelo centrado no exercício ativo da cidadania (Benevides, 1998). (SOARES DO BEM, 2006)

Apesar da constituição de 1988, o ato do exercício da democracia pós redemocratização em um cenário global neoliberal, era algo novo. O avanço do neoliberalismo na década de 90, trouxe novas formas de adaptação dos movimentos. Era necessário se institucionalizar. Nos anos 2000, as organizações não governamentais,

(ONG's) carregam no próprio nome a resistência de pautas que não eram totalmente reconhecidas e atendidas pelo estado. Era necessário a organização da sociedade civil. O início do século foi marcado pela “desconcentração de várias atividades estatais na área social” (GOHN, 2014,p.1) e foram criados subsídios legais para tal, como a criação das Organizações Sociais (instituições que administram hospitais da rede pública), e a autorização para parcerias público-privado (GOHN, 2014). Sendo assim., consideramos que a intervenção direta do Estado mediante questões sociais foi sendo minimizada, uma nova articulação foi se estabelecendo. Concordamos com Nogueira (2006, p. 153): “o modo de vida atual é participativo”. A participação nesse caso envolve as assembleias e fóruns. Esses eram as ferramentas utilizadas na nova forma de instrumentalização do diálogo entre estado e sociedade civil em prol da nova configuração do associativismo brasileiro (GOHN, 2014).

Novos e antigos atores sociais fixaram suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, via políticas públicas. Houve, portanto, uma ampliação do leque de atores sociais, assim como uma ampliação do campo da sociedade civil. Disso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focados nas classes populares e nos movimentos populares. Surgem novas facetas à cidadania tais como o exercício da civilidade e a responsabilidade social do cidadão como um todo. (GOHN, 2014)

A ampliação de atores e da sociedade civil é baseada no processo democrático. Com a possibilidade de expressão desses novos atores, eles se sentem parte da estrutural e também articuladora das mudanças. Os movimentos não se caracterizam mais por apenas atores que se situam à margem ou nas periferias. Gohn aborda a questão do exercício de civilidade que a democracia permite, Rancière aborda a democracia como elemento que transgrede em direção à igualdade.

O movimento democrático é assim um duplo movimento de transgressão dos limites, um movimento para estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum e, em particular, a todos que são governados pela ilimitação capitalista da riqueza, um movimento também para reafirmar o pertencimento dessa esfera pública incessantemente privatizada por todos e qualquer um. Foi assim que a dualidade tão comentada do homem e do cidadão pode entrar no jogo. (RANCIERE, p.75)

Consideramos que exercer a civilidade também está relacionada ao pertencimento do espaço público e social, a dualidade homem cidadão diz respeito aos mecanismos que são relacionados ao papel do indivíduo enquanto cidadão. Dialogando diretamente com a forma com qual a sociedade foi estruturada. O ato de transgredir os limites dessa estrutura é descrito para Rancière como sendo um ato democrático. A representação aqui é instrumentalizada visando a igualdade. Para fins dessa pesquisa analisaremos que essa transgressão é feita através da representação.

4.3) Democracia, representação democrática e identificação.

Young (2006) aponta que as diretrizes de uma democracia autêntica (onde cada um se representa) não são capazes de se manter, pois existe a inviabilidade da presença de todos os indivíduos durante o ato deliberativo. A representação desses mediante uma figura unificadora seria a solução necessária de manutenção do processo democrático. Mill afirma que “a ideia de que os representantes se diferenciavam dos representados em função de maior sabedoria e de um espírito público mais elevado implicava, necessariamente, atribuição de uma significativa liberdade de ação” (MILL, 1998). No entanto, ressaltamos Young quando a autora fala que “admitimos que a representação só é legítima se o representante é de algum modo idêntico aos eleitores, temos então um paradoxo: a representação é necessária, mas impossível” (YOUNG, 2006 p.1). Como um representante seria capaz de ter preceitos comuns à todos aqueles que o escolheram? Como superar a impossibilidade mediante a própria essência da representação descrita por Young?

[..] implica conceitualizar a representação sem se pautar por uma lógica identitária. Compreender seriamente a natureza descentralizada das democracias de massa em larga escala requer descartar imagens de co-presença dos cidadãos e a ideia de que os representantes devem estar presentes pelos cidadãos. Em vez disso, é preciso conceber a discussão e a deliberação democráticas como processos mediados e dispersos ao longo do espaço e do tempo. A representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. YOUNG, Iris-Marion

A representação vai além da projeção de uma identidade. Diferenciaremos as categorias representação e identificação. A identificação está atrelada a ideia de reconhecer um comportamento semelhante ao seu, seja na maneira de pensar, falar ou agir. A representação fala que existe um fator que separa a figura do representante de seus eleitores. Young utiliza o conceito de *différance*, o aplicando para solucionar a questão da pluralidade de atores.

Conceitualizar a representação em termos de *différance* significa reconhecer e afirmar que há uma diferença, uma separação entre o representante e os representados. Evidentemente, nenhuma pessoa pode pôr-se por (*stand for*) e falar como uma pluralidade de outras pessoas. A função do representante de *falar por* não deve ser confundida com um requisito identitário de que o representante *fale como* os eleitores falariam, tentando estar presentes por eles na sua ausência. Não constitui uma crítica ao representante afirmar que ele ou ela é alguém separado e distinto dos eleitores. Ao mesmo tempo, porém, conceber a representação sob a idéia de *différance* significa descrever um relacionamento entre os eleitores e o representante, bem como dos eleitores entre si, no qual a temporalidade do passado e o futuro antecipado deixam vestígios nas ações de cada um deles. (YOUNG, 2006, p.1)

Se tratarmos a representação como identificação, coloca-se um ideal imaginário de uma expectativa que não conseguirá sem cumprida. Nenhum representante conseguirá transferir todos os anseios de um indivíduo e reverberá-lo em políticas públicas para seu benefício. Os fundamentos de uma cidade sociedade diversificada inviabilizam esse cenário. Por tal, devemos abordar que a ponte entre o representante e seus representados é um relacionamento diferenciado (YOUNG, 2006). A representação é uma categoria que rompe os conceitos sociais sobre sua função.

Em vez de interpretar o significado normativo da representação como ato de propriamente pôr-se pelos eleitores, devemos avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre representantes e seus eleitores (YOUNG, 2006 p.1).

Observamos que os conceitos que em um primeiro momento conectam representantes e representados estão relacionados com o discurso. E o fator que desconecta, é o desencantamento com a parte prática do próprio discurso. O rompimento da relação e que analisamos no cenário brasileiro desde 2013 foi um descontentamento

em massa. “Nas democracias de massa modernas, as relações entre representantes e eleitores de fato se rompem facilmente: o difícil é mantê-las” (YOUNG, 2006, p.1).

4.3.1) A questão democrática, o ciberespaço e as manifestações

Os conceitos sobre democracia foram fortemente explorados durante as manifestações de 2013 e também pelos movimentos em rede de 2011. Observamos anteriormente que o discurso da manutenção democrática apareceu nos discursos a favor e contra o *impeachment*. No entanto, nos movimentos em rede e em especial, nos referindo à primavera árabe, observamos que para os atores em questão, a democracia é um objetivo a ser alcançado. Segundo Safatle (2013, p.47) “nossa democracia não existe ainda, nossa democracia ainda não chegou, nos ainda esperamos uma democracia por vir”.



Figura 11⁸⁶: Manifestações árabes contra as ditaduras.

⁸⁶ Fonte: <https://cjmes.scholasticahq.com/article/893-democracy-and-democratization-in-the-arab-world-unending-struggle>

Ou seja, existe a esperança de que a democracia possa existir, o que Safatle chamou de “democracia por vir” (SAFATLE, 2013, p. 47). Conseguimos estabelecer então uma relação consequencial sobre as mobilizações, de que elas são um caminho para se pensar democracia. Tal pensamento é corroborado quando Pierre Lévy afirma que não se pode recorrer na experiência histórica para a solução de questões de novos contextos (LÉVY, 2015). Ou seja, aqui percebemos dois momentos em relação à democracia: no caso das manifestações árabes, existe o regime ditatorial pré-existente, logo, tem-se o desejo da construção de uma democracia. No caso brasileiro, com a democracia já institucionalmente estabelecida, existe a questão da manutenção e expressão democrática. Sobre a questão dos países participantes da Primavera Árabe, Safatle comenta:

O regime que nos governa não pode ser uma ditadura nem uma ditadura nem um sistema totalitário, mas ainda não é uma democracia. E nenhum de nós quer viver nesse limbo, no purgatório entre um regime de absoluto autoritarismo e uma democracia esperada. Não queremos uma democracia em um processo contínuo incessante, de degradação, que já nasce velha. Por isso, quando as manifestações de ocupação insistem que ainda falta muito para alcançarmos a democracia real, elas colocam uma questão que até o momento não podia ter direito à cidadania, porque nos ensinaram que se criticarmos a democracia parlamentar tal como ela funciona hoje, estaremos no fundo, fazendo a defesa de alguma forma velada de autoritarismo. (SAFATLE, 2013, p.47)

É possível observar que mesmo a democracia sendo utilizada como um ideal, a aplicação prática implica no desejo pela mesma. As visões de como a democracia se comporta variam de acordo com o regime. Por tal motivo, na fala acima que corresponde ao movimento da primavera árabe, conseguimos perceber que a espera é por uma democracia que se afaste do que se apresentou anteriormente. Apontamos para o esgotamento de um discurso que também se refere ao desgaste de um modelo que não irá suprir as demandas. A participação pelo ciberespaço na construção democrática é o que Pierre Lévy trata como “democracia direta”. “O ciberespaço poderia se tornar o lugar de uma nova forma de democracia em grande escala” (LÉVY, 2015, p.62).

A filosofia política ainda não foi capaz, evidentemente, de recensear e discutir a democracia direta em tempo real no ciberespaço, pois sua possibilidade técnica apresenta-se apenas a partir de meados dos anos 1980. A democracia ateniense reunia alguns milhares de cidadãos que se encontravam e discutiam juntos em algum lugar público, ao qual poderiam encaminhar-se a pé. Por ocasião do

nascimento das democracias modernas, milhares de cidadãos se dispersavam em extensos territórios. Foi, na época, praticamente impossível manter uma democracia direta em larga escala. A democracia representativa pode ser considerada uma solução técnica a dificuldades de coordenação. Mas, uma vez que melhores soluções são apresentadas, não há motivo algum para não explorá-las a sério. (LÉVY, 2015, p.62)

Lévy analisa que a democracia direta através da instrumentalização da internet, seria uma solução para os dilemas da pós-modernidade, bem como para alguns dilemas da democracia representativa. O que destacamos do pensamento do autor é que o conceito ideal de democracia implicaria na maior participação dos indivíduos na vida da cidade.



Figura 11⁸⁷: “Somos a rede social”. Faixa presente nas manifestações de junho de 2013.

A proposta de Levy sobre a democracia direta, pode servir de pilar para a estruturação de uma tendência democrática que se afasta da representatividade clássica. Tem-se então mais um fator que ajuda a construir o cenário de desencantamento político pós ruptura do pacto social. Por tal, existe busca de possíveis alternativas que não estão vinculadas à estrutura partidária.

O voto clássico é apenas um meio. Por que não conceber outros, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitiriam uma participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere à

⁸⁷Fonte: <http://www.cult.ufba.br/enecult/programacao-2016/cultura-e-politica-ativismo-e-movimentos-em-rede/>

contagem de cédulas depositadas nas urnas? Hoje, de fato, além das atividades associativas, a participação efetiva dos cidadãos na vida da cidade assume essencialmente a forma do voto. Quando o eleitor dá sua adesão a um programa, a um porta-voz ou a um partido, ele acrescenta uma pequena massa sobre o prato de uma balança, ou um minúsculo diferencial de força a uma proposição.

4.5) Pós junho e a ressignificação política: Um olhar através da teoria do discurso.

Mediante as análises que rodeiam a temática de junho, uma questão é levantada: O que teria sido a posição e o discurso que proporcionou o afastamento das formas vigentes de se fazer política? Já foi posteriormente observado que a crise econômica e social, atrelados aos escândalos de corrupção potencializariam o sentimento de insatisfação. Na realidade o que pretendemos aqui é fazer uma análise mais profunda do ponto de vista político sociológico. Nogueira explica que “Depois de junho, um diagnóstico em grande angular poderia indicar: o Estado e a política estão sendo afetados”.(NOGUEIRA, 2013, p.157). A inércia descrita por Nogueira é retratada na falta de confiança das instituições, na escassez do sistema e no descolamento da relação de representação. Nogueira ainda afirma que o sistema político se soltou da sociedade, fazendo com que os cidadãos percam a vontade de tomar posicionamento participativo na sociedade civil (NOGUEIRA, 2013). O quão profunda seria a crise política que influencia na deslegitimação? O desencantamento rompeu de vez com todas as camadas da esfera política? Quais são os mecanismos da busca pela representatividade?

Não se trata de crise aguda ou que afete o sistema nervoso central do Estado. O mal-estar está sem data para desaparecer, pois não há no horizonte de curto e médio, nada que se possa fazer para gerar distensão. Tem perfil sistemático, associando-se intimamente ao modo como vem sendo organizadas as atividades governamentais e a política no país. É puramente político porque não necessita da interferência de nenhum outro fator para se manifestar. Reproduz-se mesmo sem desarranjo econômico, ameaça inflacionária ou aumento do desemprego, com o governo governando e sem movimentos sociais na ofensiva. A revolta de junho de 2013 mudou a situação, exigiu esforço adicional do governo, mas não dividiu a sociedade. (NOGUEIRA, 2013, p.153).

O fato de não dividir a sociedade implica na concordância em grau nacional de que o modo como o sistema político estava sendo implementado, não era mais aceito.

A não adaptação dos mecanismos para atender com mais eficiência a sociedade civil, implica no congelamento do sistema, simplesmente porque ele não é o mais adequado para aquele momento social e econômico. Concordamos com Nogueira (2013, p.156) quando o autor afirma que “a política vai mal quando não tem serventia para os cidadãos, não se comunica mais com a sociedade e vira assunto de políticos para políticos”. O distanciamento entre representantes e representados sofre a ruptura no momento em que a comunicação não alcança mais aqueles que deveriam se sentir representados. “A população não se sente representada porquê de fato a classe política não a representa, pois, a atuação desta última perante as instituições públicas às quais tem acesso visa atender exclusivamente aos seus próprios interesses” (KKHAMIS, 2016, p.53). No entanto, não significa a eliminação da política, mas sim um momento para repensa-la e ressignifica-la (NOGUEIRA, 2013). Tem-se uma reflexão feita mediante as configurações sociais até o momento e o desejo de transformação. “Como se pode alcançar essa transformação política? Estando juntos, pensando juntos, travando a luta, convocando a maioria para se juntar ao movimento” (CASTELLS, 2012, p.101)

Perry Anderson elencou três grandes conquistas nos protestos de junho: 1) o despertar político dos jovens; 2) a compreensão do empoderamento social, no recuo do governo nas tarifas do transporte público; e 3) levantou-se a “questão da distribuição escandalosamente distorcida das despesas públicas no Brasil”. (ANDERSON, Perry 2013, apud GOHN, Maria da Glória)

Concordamos com Anderson e consideramos que junho de 2013 foi o despertar de um momento que estimulou a discussão sobre a política e suas práticas. Seria a gramática antagônica um resultado dessa reflexão política descrita por Anderson? Para fins dessa pesquisa, trabalhamos com a ideia de que o discurso antagônico apareceu como negação das práticas, que norteia politicamente e atrai representatividade por deter fundamentos de ideias contrárias às antes praticadas. Mas que não necessariamente teriam o mesmo êxito em termos de representatividade caso a relação antagônica não existisse. Acreditamos que as conquistas elencadas por Anderson e a transformação descrita por Castells fazem parte de um processo mais amplo que envolve um exercício contínuo da compreensão do empoderamento social, e como ele é construído.

5) Conclusão

O objetivo da dissertação foi analisar o processo de mudança na gramática política, traçando um panorama a partir de junho de 2013. O período fomentou contexto do desencantamento com a esfera política, que veio a propiciar outras formas de discurso, em oposição às outras. Portanto, no primeiro capítulo pretendeu-se abordar o processo do esgotamento das práticas políticas, depois observamos ascensão de novos atores e diferentes formas de discurso. Primeiramente, iniciamos a dissertação fazendo um panorama do cenário político brasileiro no período que se compreende entre 2013 e 2016, tendo como destaque as manifestações de 2015. Pretendeu-se realizar a análise de discurso político mediante as mudanças no cenário sociopolítico. Por meio do recorte do objeto, foi feita uma análise sociológica subjetiva onde se conseguimos abordar temas como identificação por antagonismo.

Através do primeiro capítulo, foi possível constatar as variações do discurso antagônico. Além do antagonismo à saturação das práticas políticas observadas pelas manifestações em junho, as manifestações de 2015 foram importantes para entendermos o discurso antagônico em outras categorias mais específicas, a insatisfação direcionada para um ator, e transformada em discurso de novos atores. Assim como o discurso contra a corrupção que era presente em junho como parte das práticas políticas como um todo. Sendo assim, concluímos que pela escolha de iniciar o primeiro capítulo com o caso de 2015, foi possível observar que o sentimento iniciado em junho foi reverberado em suma, para a questão da continuidade ou não do governo Dilma. A saturação política de junho foi, em 2015, canalizada para uma ação com intervenção do judiciário e do legislativo.

Com finalidade de compreender o escopo amplo do processo, iniciamos com uma reflexão sobre a ocupação do espaço físico. Alguns questionamentos guiaram essa sessão, sendo norteados em suma, pela seguinte pergunta: Por que existe a necessidade de se ocupar algo que já é seu? Utilizamos Harvey (2012) que nos ajudou a compreender que o próprio processo de construção da cidade.

Trabalhamos a ideia da relação cidade e capital, com diversos autores como Iasi, que nos fez refletir o potencial da organização da cidade, que segundo o autor, ultrapassa os parâmetros organizacionais (IAZI, 2013). Consideramos que relações entre esfera pública e privada e na capacidade de diluir a sensação de pertencimento do espaço público à medida em que a gestão dos recursos é feita de maneira insatisfatória. O nível dessa

insatisfação pressupõe o ato de ruptura entre o conforto da esfera particular e a ocupação de espaços públicos também é um efeito da ruptura do pacto social.



Sendo assim, entendemos que Harvey (2012), coloca que os espaços e os bens públicos são permeados pelo Estado e pela administração pública. É interessante pensar que em um momento de ruptura, a ocupação desses espaços é utilizada para a reverberação da insatisfação social, por meio da exemplificação da administração de um espaço físico como a cidade, passamos para outras pautas de categorias que permeiam esferas do pensamento subjetivo, como saúde e educação. Sendo assim, podemos considerar a ocupação do espaço público como instrumento de reivindicação.

Dando continuidade ao processo de análise, no segundo capítulo, conseguimos elencar duas variáveis que ajudaram a potencializar o que até esse momento da pesquisa, chamamos de desencantamento e que mais a frente observamos que contribuíram para o processo de ruptura do pacto social. O processo que foi descrito é amplo, não se resume em apenas um período. A cerca do recorte deste trabalho, trabalhamos com duas variáveis que conseguimos relacionar com 2013. Sobre a primeira, conseguimos perceber o contexto da base da insatisfação desde a década de 90, que foi alicerçada na esperança de um discurso que não alcançou os resultados esperados. A segunda variável diz respeito ao contexto econômico que se encaminhou para junho de 2013. Sendo assim, concluímos que em junho, a insatisfação não foi direcionada para um grupo político específico. Em

junho, não existia contra ou a favor, mas sim o desencanto era para como eram aplicados os mecanismos políticos, especialmente em relação às políticas públicas. Ou seja, observou-se a recusa do discurso e do modus operandi político, em um processo de desencantamento amplo.

Consideramos que a amplitude de junho também se aplica no que diz respeito às demandas. Mesmo tendo se iniciado com reivindicações referente às tarifas dos transportes, observamos que o potencial de junho eclodiu no que foi referido como uma das maiores manifestações da história brasileira, sendo difundida em diversas cidades e estados. Tendo em vista que junho se comporta como cenário em que a insatisfação com o âmbito político foi presenciada, é de extrema importância que as manifestações fossem analisadas como representante de todo um contexto que contemplava insatisfação política, social e econômica.

Levando em consideração as características do processo no Brasil, tal cenário não era exclusivo à realidade brasileira. Em um âmbito global, conseguimos perceber que as crises e as manifestações também ocorreram em escala supranacional. As manifestações e movimentos sociais relatados o esse intuito foram: Primavera árabe, *Occupy Wall Street* e *Los indignados*. Ressaltamos que estes são anteriores à 2013, o que corrobora para que entendamos que esses processos foram fomentados por uma série de fatores construídos social e politicamente anteriores às datas em que os protestos ocorreram. Concordamos com Safatle (2013) quando afirma que “as ideias quando começam a circular, desconhecem limitações do espaço, pois constroem um novo”. A convergência pela insatisfação propiciou a organização em um novo espaço, o espaço em rede.

Foi possível entender as semelhanças entre as manifestações de junho de 2013 e as manifestações analisadas. A aproximação foi estabelecida à priori pelos resultados da crise econômica mundial, e foi se complementando pela insatisfação com a situação política⁸⁸. O que acabou proporcionando o que Castells denomina de “movimentos em rede”, se deu principalmente pelas redes sociais. O caráter convocatório e mobilizador é capaz de catalisar vocês que não tinham canal de comunicação. O que por exemplo não seria possível no início dos anos 2000, que conforme Iane (2013) relatou, observamos um contexto em que o discurso relacionado às novas demandas muitas vezes se diluiu. Sendo

⁸⁸ Para fins de esclarecimento, apesar do fator de proximidade, cada um dos movimentos em rede teve seu próprio desdobramento político ao fim do processo.

assim, nos referimos à potência do poder que as redes sociais possibilitaram às manifestações como instrumento que proporciona o fortalecimento do discurso, por meio da possibilidade de debate e elaboração das demandas por diferentes atores.

Ou seja, através da análise dos aspectos dos movimentos supranacionais, conseguimos fundamentar a relevância de junho de 2013 como desenvolvedor de novos modos de articulação, bem como o cenário onde a gerou a reflexão que se encaminhou ao afastamento do discurso político que se esgotou, independente da vertente política dos atores. Esse esgotamento foi direcionado às estruturas políticas, como a política partidária. Frisamos a importância da amplitude do processo de insatisfação, pois segundo Nogueira (2013) “Nenhum político escapou das ruas. Isso indica uma força social querendo mudar, querendo obter respostas dos governos”.

No terceiro capítulo constatamos que a representatividade dialoga diretamente com o processo democrático. Nessa seção nos atentaremos ao conceito de representação política no processo democrático, esse, será útil para compreendermos as manifestações dos novos movimentos de 1960, 1970, 1980 e 1990. Desde Hobbes (1974) a questão da representação é pautada na ideia de autoridade e na noção do homem como tendo o poder de executar suas ações, sendo assim, é possível legitimar que alguém a faça por você. Para Young, a inclusão política vem através da identidade (YOUNG,2006). Ou seja, quando no ambiente democrático, se abre espaço para outras identidades, as até então invisibilizadas, essa ação legitima a democracia.

Como foi descrito anteriormente, os chamados novos movimentos dos 1980 e 1990 tinham pautas em questões relacionadas aos grupos específicos por fatores como cor e gênero, buscando a inclusão social. Os movimentos dos anos 2000 foram frutos de um processo de institucionalização e da relação Estado e sociedade civil articulada: “produziu também novos movimentos sociais, a exemplo de movimentos sociais que atuam em questões relativas à democratização do Estado ou das políticas públicas, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)” (GOHN,2014).

A digressão que foi realizada, serviu para o aprofundamento na temática das manifestações sociais. O panorama foi feito para entendermos como as demandas são formadas de acordo com o contexto. Analisamos que as demandas das manifestações e dos movimentos sociais a partir dos anos 1920 trouxeram a ideia de representatividade dos atores antes invisibilizados politicamente, trazendo a questão da participação

democrática e a inclusão social em um período pós-ditadura militar. Já nas manifestações de 2013, encontramos a questão do esgotamento da gramática política no sentido da administração pública e de políticas públicas, não contra a política em si, mas a não identificação com as práticas dos representantes. Em 2015 encontramos além da insatisfação apresentada em 2013, a presença de novos atores com uma gramática política que trazia outras pautas, como: cultura, ética, religião, moral, anticorrupção e antipetismo como representação. Essas, dialogam com o social de modo diferente do que as pautas conhecidas em outras manifestações e outros atores brasileiros, que destacavam igualdade de gênero, raça, etc... Portanto, temos na trajetória das manifestações sociais brasileiras, diferentes momentos caracterizados por diferentes discursos, e esses, se estabelecendo de maneiras diferentes em relação à questão democrática.

Em relação à dinâmica dos discursos no período estudado, concluímos dois momentos de antagonismo. O discurso antagônico em relação ao discurso dos representantes políticos, bem como ao *modus operandi* da política partidária. E o discurso antagônico direcionado à corrupção. Foi possível comprovar que o processo da mudança do discurso teve seu fator iniciador em junho de 2013, mesmo as bases da insatisfação sendo estabelecidas anteriormente, a possibilidade da demanda de outros discursos começou com a ruptura do pacto social. Sendo assim, novos atores e a variedade de pautas se apresentaram como opositores às práticas políticas apresentadas.

6) Bibliografia

ALVES, Giovani. Ocupar Wall Street... e depois? Em *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo – SP: Boitempo. 2012. Pp. 31-39.

BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Territórios Transversais. Em *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. Pp. 65-71

BRUMBERG, Daniel. The trap of liberalized autocracy. In *Journal of Democracy*. Vol. 13, N.º 4, Outubro de 2002. Pp. 56-68.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebelião e ocupações de 2011. Em *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo – SP: Boitempo. 2012. Pp. 7-15. CASTELLS, Manuel 1983

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Editora Paz e Terra: São Paulo. 2011

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FIGUEREDO, Rubens. *Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado*. 2013.

GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério Ferreira de. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. vol.27, pp.577-592. *Cad. CRH*. 2014

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. (1995)

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997

_____. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, RJ: Cortez Editora, 2017.

_____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Revista Brasileira de Educação*. pp. 336, 2011.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. Pp. 41-47.

JOFFÉ, George. *A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro*. *Relações Internacionais* n.30. Lisboa. 2011.

KHAMIS, Renato Brás Mehanna. *Manifestações populares no Brasil: a crise política do Estado Constitucional brasileiro e o direito achado nas ruas*. *Manifestações populares no Brasil*. 2016

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2015.

LANZ, Stephan. *Capilares da transformação social: Movimentos urbanos na América Latina*. In *Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n.1*. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2004.

MACEDO, Roberto. *Uma visão econômica e política dos protestos de rua*. Em *Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado 2014*.

MENDONÇA, Daniel. *Antagonismo como identificação política*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228.

MILL, J. S. *Representative Government*. In: *On Liberty and Other Essays*. Nova York: Oxford University Press, 1998

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia*. Brasília: Boitempo, 2013.

PESCHANSKI, João Alexandre. *O transporte público gratuito, uma utopia real*. Em MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 59-65.

RANCIERE, Jacques. *O ódio à democracia*. Tradução: Mariana Fchalar. *La haine de la démocratie*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

SADER, Emir. *Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio*. Em *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo – SP: Boitempo. 2012. Pp. 83-87.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. Hucitec, 1999

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da Silva; GOMIDE, Cristina de Mello; WANDERLEY, Mariangela Belfiore; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godói. Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. Serv. Soc. Soc. no.109 São Paulo: 2012

SERPA, Angelo. Ativismos socioculturais nos bairros populares de salvador. In Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n.1. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2004.

_____. Espaços culturais, 2009.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Educ. Soc. vol.27 no.97 Campinas Sept./Dec. 2006.

SOUTO MAIOR, Jorge L. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SVENSON, Pale. Stability, Crisis and Breakdown: Some Notes on the Concept of Crisis in Political Analysis. Scandinavian Political Studies. Paper originally presented at the ECPR Workshop on ‘The Stability and Instability of Democracies’, Barcelona, 25 - 30 March 1985

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TAVARES, DA SILVA, & CAPELINI. *Occupy Everything!:* uma análise de manifestações sociais mundo afora ocorridas no ano de 2011 - seus panoramas políticos e modos de instrumentalização. Rev. psicol. vol.14 no.30 São Paulo, 2014.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In MARICATO, Ermínia et al. Em Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

YOUNG, Iris-Marion.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. Em Foreign Affairs. Vol. 76, N.º 6, pp. 22-43, 1997.

7) Anexos

Educação	Saúde	Reforma Política	Economia
<p>Legalização do <i>Homeschooling</i>.</p>	<p>Desburocratização de operadoras de planos de saúde.</p> <p>Extinção de tributos que incidam sobre o sistema de saúde, incluindo medicamentos, aparelhos e materiais médicos, inclusive os importados.</p>	<p>Proibição de publicidade de empresas públicas e economia mista monopolistas.</p>	<p>Respeito e aplicação da LRF em todos os âmbitos da</p>
<p>Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais.</p>	<p>Desburocratização da importação e extinção de todos os tributos que incidam sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos.</p>	<p>Revogação da Lei Rouanet.</p>	<p>Idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal.</p>
<p>Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.</p>	<p>Desburocratização do processo de legalização de produtos médicos junto ao Governo.</p>	<p>Fim do voto obrigatório.</p>	<p>Todos os programas sociais, programas de governo, FGTS, bolsa família, empréstimos agrícolas, subsídios de taxa de juros e programas de depósito judicial passam a ser oferecidos em plataforma aberta, ou seja devem ser disponibilizados para todos os bancos.</p>
<p>Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o</p>	<p>Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não</p>	<p>Fim do fundo partidário.</p>	<p>Permitir o investimento estrangeiro para concorrer com empresas de telecomunicação.</p> <p>Introdução de um limite para a dívida bruta do governo federal como proporção do PIB.</p>

cadastramento das crianças.	puderem pagar por um.		
Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.	Incentivo tributário a empresas que ofereçam planos de saúde a seus funcionários.	Candidaturas independentes para Executivo e Legislativo.	Fim de todas as vinculações e adoção de um orçamento base zero (sem prejuízo de espaços plurianuais, nunca permanentes). Refinanciamento para o prazo de débito tributário estadual e federal de empresas, com o objetivo de acelerar a recuperação econômica.
Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.	Concessão de benefício tributário a empresas e indivíduos que auxiliem no custeio de hospitais, clínicas e laboratórios de análise.	Voto distrital misto.	Refinanciamento para o prazo de débito tributário estadual e federal de empresas, com o objetivo de acelerar a recuperação econômica.
Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.	Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras.	Redistribuição proporcional do número de cadeiras na Câmara Federal de acordo com o eleitorado de cada estado, mantendo-se o mínimo de 01 deputado por estado.	Simplificar o sistema tributário para que toda população entenda o que e quanto está pagando.

Tabela⁸⁹: Alguns pontos da Agenda

⁸⁹ Tabela feita pela autora com alguns pontos da agenda, baseada na agenda completa do MBL que pode ser encontrada em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>